

RELATÓRIO GESTÃO 2013



Conselho Nacional do Café



SUMÁRIO

1 — INSTITUCIONAL	03
2 — INTRODUÇÃO	04
3 — REUNIÕES DO CONSELHO NACIONAL DO CAFÉ (CNC)	06
3.1 — <i>Escritórios do CNC</i>	06
3.2 — <i>Consórcio das Cooperativas de Café do Brasil (CCCB)</i>	07
3.3 — <i>Pagamento de Dação ao Banco do Brasil</i>	07
3.4 — <i>Autorregulamentação do café</i>	08
3.5 — <i>Centro de Inteligência do Café (CIC)</i>	09
3.6 — <i>Propostas ao Governo de Minas Gerais</i>	10
3.7 — <i>Transferência de tecnologia</i>	11
3.8 — <i>Políticas de curto, médio e longo prazos</i>	12
4 — RELATÓRIO TÉCNICO	14
4.1 — <i>Área técnica</i>	16
4.2 — <i>Política cafeeira</i>	16
4.3 — <i>Código Comum para a Comunidade Cafeeira (4C)</i>	17
4.4 — <i>Inteligência competitiva</i>	18
4.5 — <i>Mercado</i>	18
4.6 — <i>OIC: interação internacional</i>	18
4.7 — <i>Drawback</i>	19
4.8 — <i>Estoques de café das cooperativas</i>	19
4.9 — <i>Pacto do Café</i>	19
4.10 — <i>Posicionamento público</i>	19
4.11 — <i>Pesquisa</i>	20
4.12 — <i>Participação em eventos</i>	20
4.13 — <i>Projetos</i>	21
4.14 — <i>Zonas de Processamento de Exportação</i>	21
5 — RELATÓRIO DE AÇÕES 2013	21
5.1 — <i>Comercialização</i>	22
5.2 — <i>Ampliação da área cafeeira no Brasil</i>	22



5.3 — <i>Especulações sobre safra de café no Brasil</i>	23
5.4 — <i>Prorrogação da Estocagem 2012</i>	28
5.5 — <i>Preço mínimo do café</i>	29
5.6 — <i>Retorno à Câmara dos Deputados</i>	32
5.7 — <i>Funcafé 2013</i>	32
5.8 — <i>Leilões de Opções Públicas para café</i>	35
5.9 — <i>Prorrogação das dívidas do setor cafeeiro</i>	36
5.10 — <i>Endosulfan</i>	37
5.11 — <i>Roya na América Central</i>	39
5.12 — <i>Greve e subsídio na Colômbia</i>	41
5.13 — <i>40 anos da Embrapa</i>	41
5.14 — <i>Certifica Minas Café</i>	42
5.15 — <i>110ª Sessão do Conselho da OIC</i>	42
5.16 — <i>Semana Internacional do Café</i>	44
5.17 — <i>Inserção na China</i>	47
5.18 — <i>Rumos da Política Cafeeira no Brasil</i>	48
6 — AGRADECIMENTOS	52



1 — INSTITUCIONAL

SILAS BRASILEIRO

Presidente Executivo

MAURÍCIO MIARELLI

Coordenador

CONSELHEIROS DIRETORES DO CNC

Carlos Alberto Paulino da Costa

COOXUPÉ

Francisco Miranda de Figueiredo Filho

COCATREL

Francisco Sérgio de Assis

FEDERAÇÃO DO CERRADO MINEIRO

João Alves de Toledo Filho

COCAPEC

José Fichina

COOPARAISO

Marcelo Carneiro Costa

BANCOOB

Oswaldo Henrique Paiva Ribeiro

MINASUL

Tarcisio Rabelo

COCCAMIG



2 — INTRODUÇÃO

O Conselho Nacional do Café (CNC) é uma entidade privada que congrega produtores, cooperativas, associações de cafeicultores e federações de agricultura de Estados produtores. Com essa abrangência, a entidade representa um universo de aproximadamente 270 mil produtores, em sua maioria de pequeno porte.

Fundado em 1981, por iniciativa de vários líderes da cafeicultura nacional, o CNC tem o intuito de defender e promover os direitos e interesses dos produtores de café do Brasil. Sua atuação está sempre ligada aos princípios do desenvolvimento sustentável, em suas dimensões econômica, social e ambiental.

Membro do Conselho Deliberativo da Política do Café (CDPC), a entidade faz parte da delegação oficial brasileira na Organização Internacional do Café (OIC), constituindo-se em importante interlocutor dos cafeicultores. Por meio de acordos institucionais, trabalha integrado com a Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil (CNA) e com a Organização das Cooperativas Brasileiras (OCB), representando-as em alguns fóruns, como o Rural Brasil.

Política — Representa o setor junto aos Poderes Executivo, Legislativo e Judiciário — em níveis federal, estadual e municipal —, aos demais segmentos da cadeia produtiva do agronegócio café e à sociedade, propondo e participando ativamente da gestão da política de interesse do setor, fazendo a necessária mobilização política para fortalecer a representação do setor no Legislativo e no Executivo.

Objetivos — O foco principal é o desenvolvimento sustentável do agronegócio café, levando-se em conta: renda maior e mais estável aos produtores; redução da volatilidade no mercado; aumento da competitividade do setor; agregação de valor ao produto e maior participação dos produtores nas margens de comercialização; atendimento às exigências do mercado em consonância com os princípios de sustentabilidade econômica, social e ambiental; e fortalecimento político-institucional e consolidação da imagem do setor, do CNC e dos associados.

A entidade — O Conselho Nacional do Café tem sua sede EM Brasília (DF) e um escritório de representação política na cidade de São Paulo (SP). A atual diretoria do



CNC é composta pelo presidente executivo, Silas Brasileiro, pelo coordenador, Maurício Miarelli, e por oito membros conselheiros das cooperativas associadas.

Este trabalho tem o objetivo de apresentar, pontualmente, as principais ações empreendidas pela Gestão 2012/2013 do CNC em favor do fortalecimento de toda a cadeia produtiva do café.

Brasília, 31 de janeiro de 2014.



3 – REUNIÕES DO CONSELHO NACIONAL DO CAFÉ (CNC)

Ao longo de todo o ano, a gestão atual do Conselho Nacional do café (CNC) se preocupou em saber de seus associados quais posicionamentos gostariam que defendêssemos nas negociações com as demais entidades do setor e com os representantes dos governos estaduais e federal. Dessa forma, foram mantidas as reuniões ordinárias da entidade, com a participação dos conselheiros diretores e associados, bem como realizadas audiências conjuntas com outras instituições de representação do setor, além de assembleias extraordinárias para a definição de questões pontuais. Repassamos, na sequência, um resumo dessas reuniões e dos principais assuntos abordados.

3.1 — ESCRITÓRIOS DO CNC

Na primeira reunião ordinária do CNC de 2013, realizada em 18 de janeiro na sede da Cooperativa Regional de Cafeicultores em Guaxupé (Cooxupé), foi solicitada e acordada a transferência da contabilidade para Brasília e o acerto contratual com o servidor Sivanildo Moreira da Cruz “Tita” e, ainda com relação à posição de caixa, o Conselho Diretor definiu adotar as contas apresentadas pelo secretário geral Hercílio Amaral Neto.

A partir da decisão de janeiro, em Assembleia Geral Extraordinária realizada no dia 5 de abril, definiu-se que o artigo 1º do Estatuto Social do CNC passou a ter a seguinte redação: *“por deliberação unânime dos cafeicultores e entidades representativas da categoria reunidos no III Encontro Nacional dos Cafeicultores, realizado em Brasília – DF, em 10 de junho de 1981, ficou resolvida a institucionalização de uma associação civil privada, de caráter voluntário, sem fins lucrativos, constituída de cafeicultores, suas entidades representativas e demais entidades, públicas ou privadas que comunguem de seus objetivos e adiram a este Estatuto, a qual terá duração indeterminada, denominada Conselho Nacional do Café (CNC), com sede à SCN Qd. 01, Bloco C, nº 85, Ed. Brasília Trade Center - Sala 1.101- Brasília (DF), e escritório de representação em São Paulo, sito à Rua Treze de Maio nº 1.558 – 5º. andar, conjunto 51/52, São Paulo – SP”*, o que consolidou a extinção da antiga sede de Brasília, sita à SGAN - Quadra 601, Módulo K, Brasília –DF, a criação da nova sede em Brasília e a transição de São Paulo para escritório de representação.



Além disso, também foi realizado o acerto com o servidor Hercílio Amaral Neto, o qual deixou de integrar o quadro de funcionários registrados para prestar serviços mediante apresentação de nota, situação similar à do presidente executivo, deputado federal Silas Brasileiro, e à do assessor de comunicação, Paulo André Colucci Kawasaki. Os demais funcionários, Stéfany Maryá de Oliveira Santos, secretária; Luciana Gabriela Alves, secretária em SP; Juraci Lima dos Santos, assessor operacional; Márcia Chiarello, assessora administrativa; e Silvia Pizzol, assessora técnica, seguem empregados com carteira registrada, completando o quadro profissional do CNC.

3.2 — CONSÓRCIO DAS COOPERATIVAS DE CAFÉ DO BRASIL (CCCB)

Também na primeira reunião ordinária do CNC realizada na sede da Cooxupé, os conselheiros diretores e os associados presentes aprovaram proposta para a formação do Consórcio das Cooperativas de Café do Brasil (CCCB), que objetiva construir e/ou desenvolver projetos para a produção de máquinas e implementos, ideia surgida devido à potencialidade das cooperativas em seu conjunto e à preocupação de termos ferramentas que contribuam para a produção de café com custos menores.

Todos reconheceram que a mecanização das lavouras é fundamental e que a união das cooperativas utilizando estas novas tecnologias é um importante passo, principalmente para atender o pequeno produtor, que terá possibilidade de mecanizar as suas lavouras, pois uma máquina poderá ser adquirida em condomínio com vários cafeicultores, formando um grupo, tendo a prestação de serviço para eles e a disponibilidade de oferecer também para terceiros. Ainda foi colocado que algumas cooperativas já desenvolveram projetos para construção de máquinas, sendo que elas disponibilizariam seus projetos em valores a serem acordados oportunamente, caso eles sejam aproveitados.

Para formação do CCCB foi ouvido o consultor do Escritório Amin, Ferraz, Coelho Advogados, Dr. Daniel Amin Ferraz. No dia 25 de fevereiro, ele apresentou a constituição do **“Consórcio para produção, compra ou fornecimento de projetos para atividade cafeeira”**, explicando cada artigo da proposta. Foram realizadas reuniões mensais do CNC para debate e acerto do texto/estatuto do CCCB, fato que está em fase de finalização agora no início de 2014 para, enfim, terem início os trabalhos.

3.3 — PAGAMENTO DE DAÇÃO AO BANCO DO BRASIL

Uma questão bastante polêmica também foi debatida na reunião ordinária do dia 5 de abril. O presidente executivo do CNC, deputado federal Silas Brasileiro, comuni-



cou aos conselheiros e associados que, a respeito da questão da Dação em Pagamento para o Banco do Brasil, no apagar das luzes o então ministro da Agricultura, Mendes Ribeiro, reconheceu um débito junto à instituição que retira do Funcafé R\$ 316.218.837,11 (trezentos e dezesseis milhões, duzentos e dezoito mil, oitocentos e trinta e sete reais e onze centavos).

O CNC sempre deixou claro, em todas as reuniões que abordaram a matéria, que não concordava e que iria discutir essa matéria oportunamente, com o ministro e o então secretário executivo, José Carlos Vaz. Como ambos se precipitaram e reconheceram esse débito, o deputado Silas Brasileiro sugeriu a impetração de uma ação judicial contra a decisão tomada. Como documento básico, o Conselho Nacional do Café tem em seus arquivos duas Atas das reuniões do CDPC, nas quais o Governo retirou a matéria da Pauta para ser tratada posteriormente.

Após os serviços e as ações realizadas pelo CNC junto ao Governo Federal, os representantes do Departamento do Café (DCAF) e da Secretaria de Produção e Agroenergia presentes à reunião ordinária de 1º de novembro confirmaram que essa questão vinha sendo resolvida conforme a vontade do setor privado da cafeicultura. Na reunião do CDPC do dia 18 de dezembro, após questionamento do deputado Silas Brasileiro, o Governo confirmou que esse pagamento seria realizado com recursos do Tesouro Nacional e não mais sairiam do Funcafé.

3.4 — AUTORREGULAMENTAÇÃO DO CAFÉ

Em reunião ordinária do CNC realizada em agosto, o diretor executivo da Abic, Nathan Herszkowicz, apresentou uma proposta de ampliação do monitoramento da pureza do café, no contexto do Programa de Autorregulamentação do Café, tema constante na pauta da reunião em função da necessidade da criação de nova regulamentação em substituição à IN 16, bem como sugestões para criar a obrigatoriedade de informações na rotulagem. Houve consenso de que a autorregulamentação sugerida é, no momento, a melhor proposta para monitorar a pureza do café, que seria um primeiro passo desse esforço, seguida no futuro de ações para melhorar e monitorar a qualidade dos cafés, com participação e iniciativas independentes de todos os setores.

No dia 14 de agosto, em reunião realizada no Ministério da Agricultura, foi criado um grupo de acompanhamento da autorregulamentação do café, oportunidade na



qual foi definida a síntese da proposta para a implantação do programa. Consolidou-se que o foco dessa proposta será a ampliação do Programa de Autorregulamentação da Pureza do Café, coordenado pela Abic, duplicando o número de coletas e análises de microscopia e cobrindo 100% do território nacional. Para a execução, foi acordado que as coletas e análises utilizarão a metodologia adotada pelo Programa do Selo de Pureza; haverá treinamento e qualificação de outros laboratórios para a microscopia, se necessário; realização de ampla campanha publicitária, com recursos do Funcafé, para valorização da produção de cafés puros; apoio dos demais setores nos esforços para combater a impureza e a fraude, com iniciativas próprias de cada setor, e constituição de um grupo de acompanhamento dos resultados do novo monitoramento ampliado, no âmbito do CDPC, com informações da Abic.

O objetivo da implantação desse programa é elevar a área de abrangência para todos os Estados do Brasil, haja vista que algumas unidades da Região Norte ainda não são fiscalizadas. Dessa maneira, pretende-se chegar ao monitoramento de 100% do café produzido no Brasil, percentual que se encontra em 75 pontos atualmente. A intenção também é dobrar para 6.000 amostras analisadas por ano, perfazendo um universo adicional de 700 a 800 pequenas empresas às 450 empresas associadas da Abic que já estão comprometidas com o programa de pureza e são permanentemente monitoradas. O Departamento do Café do Mapa reiterou o interesse em acompanhar a evolução do setor quanto à decisão desse Grupo de Acompanhamento no que diz respeito à autorregulamentação.

Nessa mesma linha, o presidente executivo do CNC, na reunião do CDPC de 18 de dezembro, apresentou proposta de adoção de nível mínimo de qualidade para aquisição de café no âmbito do Governo Federal. Essa proposta foi aprovada pelo colegiado e terá encaminhamento, haja vista que objetiva a adoção de um nível mínimo de qualidade nas licitações dos órgãos federais para compra de café, a exemplo da iniciativa dos Governos de São Paulo, Minas Gerais e Espírito Santo.

3.5 — CENTRO DE INTELIGÊNCIA DO CAFÉ

Um tema que foi constantemente levantado pelo presidente executivo do CNC foi a necessidade de criação do Centro de Inteligência do Café (CIC), de maneira que o setor possa se posicionar no mercado mundial embasado em informações verídicas e que sirvam de alicerce para a implantação de ações para a cafeicultura brasileira. A ideia inicial é que essa estrutura seja instalada no Dcaf, para que seja contínua e



tenha acompanhamento independente das mudanças de comando dentro do órgão, além de poder se aproveitar a estrutura e a condição financeira para seu funcionamento.

O CNC contratou a empresa P&A Marketing para a elaboração do documento de posicionamento “Consumo, Produção, Desafios e Oportunidades para os Cafés do Brasil (2013 – 2020)”, o qual será levado para o Ministério da Agricultura e também ao Governo de Minas Gerais para reiterar o que o café representa e servir de embasamento para o Centro de Inteligência do Café. Essa iniciativa partiu da orientação dos conselheiros diretores do CNC de que o Brasil deve ser mais ousado em mostrar o País como o produtor mais sustentável do mundo, isso porque o Código Florestal e a Legislação Trabalhista brasileiros nos dão esta condição.

Em reunião conjunta do CNC e da Comissão Nacional do Café da CNA, o secretário executivo do Mapa, Gerardo Fontelles, anotou que, em relação à proposta de criação do Centro de Inteligência do Café, está sendo analisada a criação de uma assessoria de planejamento na Secretaria de Produção e Agroenergia, a qual será responsável pela geração de informações estratégicas para a tomada de decisão, inclusive estatísticas.

3.6 — PROPOSTAS AO GOVERNO DE MINAS GERAIS

Levando em consideração a necessidade de pensarmos em políticas cafeeiras também em nível estadual, os conselheiros diretores aprovaram, em reunião realizada no dia 3 de outubro, uma pauta a ser apresentada ao Governo de Minas Gerais, a qual engloba (i) cumprimento do acordo negociado entre os governantes estaduais e a iniciativa privada referente à alíquota do crédito presumido do ICMS e à alimentação do Fundo Estadual do Café (FECAFE); (ii) liberação do crédito presumido do ICMS para toda a atividade ligada à produção de café (despesas de custeio e investimentos em insumos e máquinas); (iii) georreferenciamento; (iv) programa de marketing para informar aos consumidores os atributos de qualidade do café arábica; (v) programa de fomento à qualidade da produção mineira de café, que inclua fiscalização de elementos estranhos no café torrado e moído; (vi) política de fixação de novas gerações de cafeicultores no campo, com o objetivo de evitar o êxodo rural; e (vii) disponibilização de linhas de crédito do BDMG para produtores e cooperativas de produção de café.



Em 1º de novembro, os esforços para se pensar em uma política cafeeira no principal estado produtor do Brasil ganhou um novo impulso, com a proposta criada pelo CNC, em parceria com os demais representantes da produção, intitulada “Iniciativa para Promover a Competitividade da Cafeicultura Mineira”. O presidente executivo do Conselho, deputado federal Silas Brasileiro, explicou que o projeto tem o objetivo de identificar os principais fatores que resultam em aumentos sucessivos nos custos de produção de café arábica nas origens do Estado de Minas Gerais, propondo alternativas viáveis para sua redução; e mensurar o peso dos tributos federais e estaduais, inclusive das obrigações trabalhistas, nos custos de produção e de comercialização do café arábica mineiro, apontando possíveis estratégias para a mitigação da carga tributária.

3.7 — TRANSFERÊNCIA DE TECNOLOGIA

Na 66ª Reunião Ordinária do CDPC, após manifestação de interesse do representante do Ministério das Relações Exteriores (MRE), Orlando Leite, em convidar profissionais da América Central ao Brasil com o objetivo de compartilhar os nossos conhecimentos no combate à ferrugem cafeeira, o presidente executivo do CNC chamou a atenção para a necessidade de cautela na condução da política de cooperação internacional brasileira, principalmente no tocante à transferência de tecnologia, conforme alerta dado pelos pesquisadores da Fundação Procafé, que nos informaram que estávamos fornecendo gratuitamente resultados de estudos e pesquisas para outras nações produtoras ao mesmo tempo em que mal as aproveitávamos internamente.

Silas Brasileiro anotou que o País não deve incentivar e facilitar a transferência dos conhecimentos tecnológicos e científicos desenvolvidos com o empenho de valiosos recursos da nação aos concorrentes, sob a pena de sofrer as consequências do aumento da oferta desses países e a consequente pressão sobre os preços. O Diretor do DCAF, Jânio Zeferino da Silva, aproveitou a colocação do presidente executivo do CNC para citar o documento da Procafé, que expressa preocupação com as exportações de sementes certificadas de café aos países concorrentes. O deputado ratificou a posição contrária do CNC contra a exportação dos conhecimentos gerados pelas pesquisas brasileiras, em especial das sementes certificadas das cultivares desenvolvidas pela Fundação Procafé e pelas entidades componentes do Consórcio Pesquisa Café. Mediante a tal posicionamento, o secretário executivo do Mapa, Gerardo Fon-



telles, afirmou que não é interesse do Governo incentivar a transferência dos conhecimentos científicos, embora seja quase impossível vetar esse processo.

3.8 — POLÍTICAS DE CURTO, MÉDIO E LONGO PRAZOS

Outro assunto consensual ao longo de 2013 entre os conselheiros diretores do CNC e também entre os membros de todos os elos da cadeia e do Governo Federal foi a estruturação e a consequente implantação de políticas de curto, médio e longo prazos para a cafeicultura brasileira. Nesse sentido, o Conselho Nacional do Café contratou a empresa P&A Marketing para a elaboração do documento de posicionamento “Consumo, Produção, Desafios e Oportunidades para os Cafés do Brasil (2013-2020)”, o qual foi apresentado em reunião ordinária do 9 de agosto.

Esse trabalho deverá servir de alicerce para a tomada de decisões do setor, considerando que foi desenvolvido com base em: (i) fontes públicas e privadas de recursos; (ii) agências internacionais e governamentais; (iii) empresas e especialistas do setor; e (iv) na experiência de 30 anos de atuação da P&A em mais de 80 países.

No que diz respeito ao mercado consumidor, após análise das várias formas de preparo da bebida e do “boom” que algumas geraram, concluímos que: (i) o crescimento do consumo desacelerou nos mercados tradicionais (EUA, Japão e União Europeia) em função da crise econômica, fato também observado nas nações produtoras. Já os mercados emergentes mantiveram os índices de evolução; (ii) podemos apostar na recuperação do crescimento dos países tradicionais, com a saída da crise, que devem retomar uma taxa de crescimento de 0,8% a 0,9%, enquanto os países produtores talvez retornem aos 4%, mesmo índice que deve ser observado nos mercados emergentes, o que possibilita pensarmos no número otimista de crescimento mundial do consumo de 2,5%.

A respeito da produção mundial de café, uma observação dos últimos 12 anos mostrou que o crescimento foi concentrado em seis países: Brasil, Vietnã, Indonésia, Etiópia, Honduras e Peru, países que representaram 67% da safra global em 2012. O mais preocupante é que o crescimento ocorre mesmo quando os preços estão abaixo dos custos de produção. Após análises dos principais produtores mundiais, chegou-se a um prognóstico de que o mundo colherá 182 milhões de sacas em 2020, volume 10 milhões de sacas acima das 172 previstas para o cenário mais otimista do consumo no mesmo ano. Assim, indicou-se que devem ser realizados esforços para que o mundo beba mais café, caso contrário os preços tendem a continuar depreciados e caindo.



Uma lição interessante a que chegamos com esse estudo é que não se pode mais olhar o mundo em total de produção, mas sim separando o que é arábica e o que é robusta, o que também nos fez optar por pressionarmos a OIC para que sejam divulgadas estatísticas de consumo segmentadas e confiáveis. Mediante esse cenário, o CNC e seus associados junto aos demais elos do segmento café apontaram algumas ações a serem adotadas para melhorar a situação:

— **Otimizar os recursos dos financiamentos:** melhorar a utilização dos recursos do Funcafé, liberando fundos nos momentos oportunos, gerir melhor a segmentação de linhas, privilegiar os bancos mais ágeis e premiar a eficiência nos critérios de financiamento. Já a eficiência e a sustentabilidade por parte dos tomadores devem ser valorizados na alocação dos financiamentos. O recurso não é distribuído por produtividade, mas sim por área. Isso explica porque no auge da crise de preços havia mais área produtiva do que atualmente;

— **Inevitabilidade de estoques:** frente ao excesso de oferta, as políticas públicas podem levar a financiamento e formação de estoques. A retirada de café do mercado pode deprimir preços no médio prazo, caso não haja regras para venda do café estocado. Como utilizar os estoques? Algumas alternativas são incentivar o consumo em emergentes e abrir novos mercados – como foi feito no passado com Japão e Oriente Médio – e também utilizados para a abertura do promissor mercado chinês.

— **Outras alternativas a serem analisadas:** usar recursos do Funcafé para facilitar a saída dos produtores ineficientes de Arábica, considerando a análise: é melhor incentivar a diminuição dessa variedade ou acumular estoques? Isso porque o financiamento para Conilon também passará a ser demandado, aumentando a concorrência pelos recursos. O marketing dos Cafés do Brasil é essencial, sendo um grande desafio a sua saída do papel para incremento do consumo interno e externo de nossos cafés.

— **Aumentar a rentabilidade:** é vital melhorar a gestão da propriedade. Os produtores que se integram às plataformas de sustentabilidade tornam-se melhores gerentes. É necessário fortalecer e aproveitar os serviços disponibilizados por SENAR e SEBRAE. No tocante à cafeicultura de montanha, a mecanização é um dos caminhos, mas não o único. Essa cafeicultura precisa ser foco preferencial do Consórcio Pesquisa Café, haja vista que 60% da atividade cafeeira do Brasil se encontram em montanha. Sobre os médios produtores, que possuem a menor rentabilidade atual, definiu-se que devem ser o foco prioritário em programas de diversificação, saída da atividade, melhor gestão e de “gerenciamento de precisão. Como exemplo, temos a informação que foi esse produtor que se retirou da atividade na Colômbia.

— **Agregação de valor:** entendeu-se como necessário manter e ampliar os esforços em cafés diferenciados, pois há grande potencial e o Brasil tem afinidades únicas. Deve-se expandir a cafeicultura sustentável, já que a demanda da indústria está aumentando muito, sendo preciso colocar mais cafés sustentáveis nos *blends* até



2015/2020. E, para isso, destaca-se o papel do corpo técnico das cooperativas e das certificações locais na estratégia de agregar valor ao arábica e ao conilon.

— **Desenvolvimento de mercado:** tema que interessa às variedades arábica e robusta. O mercado de solúvel é muito mais dinâmico do que o de T&M, portanto deve se viabilizar o crescimento da indústria brasileira para consolidar uma liderança ameaçada. A nossa exportação de solúvel é difícil, mas não impossível, e cria novos mercados para o conilon e, conseqüentemente, para o arábica.

— **Desafios e oportunidades em geral:** por fim, chegamos a importância das estatísticas e inteligência. Como pode o maior agronegócio café do mundo tomar decisões estratégicas sem estatísticas melhores e confiáveis? São muitas oportunidades perdidas por falta de informações sobre concorrentes, mercados, custos de produção, etc. Estatísticas confiáveis são o passo inicial para inteligência de mercado. Um programa efetivo de inteligência competitiva em café é prioritário para o Brasil, pois contaremos com experientes especialistas, de visão crítica, para orientar decisões estratégicas. Daí a insistência do CNC para a reativação do Centro de Inteligência do Café.

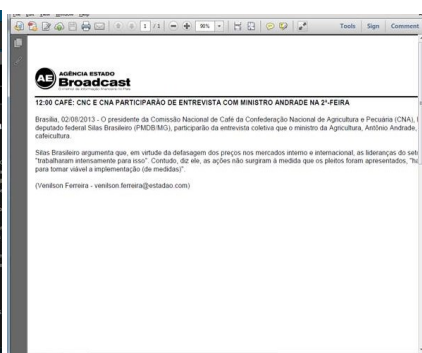
4 – RELATÓRIO TÉCNICO

O Conselho Nacional do Café iniciou 2013 consolidando seu boletim semanal, emitido todas as sextas-feiras, como seu principal canal de comunicação e interlocução com seus associados, produtores de café e demais elos da cadeia produtiva. Os informativos ganharam corpo em 2012 e se tornaram sugestões de pauta para os mais diversos canais de comunicação, sejam eles internacionais, agências setoriais de grandes veículos ou mesmo sites especializados em cafeicultura e jornais regionais. As imagens a seguir ilustram um pouco da penetração que foi obtida com os comunicados semanais do CNC.

Valor Econômico



Estadão – AE Broadcast



G1 – Globo.com



Thomson Reuters

REUTERS BRASIL

Tarifas especiais GOL: R\$ 16,48

Medidas de apoio à cafeicultura saem na segunda-feira-CNC

SÃO PAULO, 2 Ago (Reuters) - O governo federal divulgou na segunda-feira medidas de apoio aos produtores de café, informou o Conselho Nacional do Café (CNC) nesta sexta.

Representantes da entidade receberam a confirmação em reunião com o ministro da Agricultura.

Desde junho, cafeicultores aguardam o anúncio de recursos para apoiar o mercado.

Produtores brasileiros têm enfrentado preços internacionais recuados desde junho, devido ao aumento da oferta de café no mercado global, além de uma produção recorde na temporada anterior.

Na próxima segunda-feira deverá ser dada uma nota de esclarecimento e o trabalho realizado pelo setor - o CNC reconheceu o crescimento e a força do mercado brasileiro de café, pelo ministro da Agricultura, em Brasília, segundo o CNC.

(Por Gustavo Bonato)

Bloomberg

Brazil to Buy Coffee Above Market Price Through Option Contracts

By Anna Eberhart and Marc Deguis Lima Aug 1, 2014 1:07 PM GMT-0300

Brazil, the world's biggest coffee producer and exporter, will offer to buy up to 3 million bags of the commodity at an above-market price through option contracts to add growers to its future trade near a four-year low.

The government will offer to pay \$43 per 60-kilogram bag through the contracts and will also purchase coffee directly from growers to build its stockpiles. President **Dilma Rousseff** said in a radio interview from Mexico City, the country's biggest coffee-producing state. That compares with an average price of \$38.53 last week, according to the University of São Paulo's Copes agricultural research agency.

The announcement, which was delayed several times this year, comes as Brazilian coffee growers say they are selling their crop below costs after record harvests led international prices to slump. Advance coffee futures in New York traded \$1.1533 a pound on Aug. 1, the lowest since July 2006.

The plan will amount to 5.8 billion reais, including 1.4 billion reais to fund stockpiles, the National Coffee Council, known as CNC, said in an e-mailed statement. That will spend up to 1.04 billion reais with the coffee option, the CNC said.

Canal Rural

Presidente do Conselho Nacional do Café fala sobre o setor

SÃO PAULO, 2 Ago (Reuters) - O governo federal divulgou na segunda-feira medidas de apoio aos produtores de café, informou o Conselho Nacional do Café (CNC) nesta sexta.

Representantes da entidade receberam a confirmação em reunião com o ministro da Agricultura.

Desde junho, cafeicultores aguardam o anúncio de recursos para apoiar o mercado.

Produtores brasileiros têm enfrentado preços internacionais recuados desde junho, devido ao aumento da oferta de café no mercado global, além de uma produção recorde na temporada anterior.

Na próxima segunda-feira deverá ser dada uma nota de esclarecimento e o trabalho realizado pelo setor - o CNC reconheceu o crescimento e a força do mercado brasileiro de café, pelo ministro da Agricultura, em Brasília, segundo o CNC.

(Por Gustavo Bonato)

Globo Rural

Medidas de apoio à cafeicultura saem na segunda-feira-CNC

SÃO PAULO, 2 Ago (Reuters) - O governo federal divulgou na segunda-feira medidas de apoio aos produtores de café, informou o Conselho Nacional do Café (CNC) nesta sexta.

Representantes da entidade receberam a confirmação em reunião com o ministro da Agricultura.

Desde junho, cafeicultores aguardam o anúncio de recursos para apoiar o mercado.

Produtores brasileiros têm enfrentado preços internacionais recuados desde junho, devido ao aumento da oferta de café no mercado global, além de uma produção recorde na temporada anterior.

Na próxima segunda-feira deverá ser dada uma nota de esclarecimento e o trabalho realizado pelo setor - o CNC reconheceu o crescimento e a força do mercado brasileiro de café, pelo ministro da Agricultura, em Brasília, segundo o CNC.

(Por Gustavo Bonato)

Notícias Agrícolas

Medidas de apoio à cafeicultura saem na segunda-feira-CNC

SÃO PAULO, 2 Ago (Reuters) - O governo federal divulgou na segunda-feira medidas de apoio aos produtores de café, informou o Conselho Nacional do Café (CNC) nesta sexta.

Representantes da entidade receberam a confirmação em reunião com o ministro da Agricultura.

Desde junho, cafeicultores aguardam o anúncio de recursos para apoiar o mercado.

Produtores brasileiros têm enfrentado preços internacionais recuados desde junho, devido ao aumento da oferta de café no mercado global, além de uma produção recorde na temporada anterior.

Na próxima segunda-feira deverá ser dada uma nota de esclarecimento e o trabalho realizado pelo setor - o CNC reconheceu o crescimento e a força do mercado brasileiro de café, pelo ministro da Agricultura, em Brasília, segundo o CNC.

(Por Gustavo Bonato)

O Globo

Medidas de apoio à cafeicultura saem na segunda-feira-CNC

SÃO PAULO, 2 Ago (Reuters) - O governo federal divulgou na segunda-feira medidas de apoio aos produtores de café, informou o Conselho Nacional do Café (CNC) nesta sexta.

Representantes da entidade receberam a confirmação em reunião com o ministro da Agricultura.

Desde junho, cafeicultores aguardam o anúncio de recursos para apoiar o mercado.

Produtores brasileiros têm enfrentado preços internacionais recuados desde junho, devido ao aumento da oferta de café no mercado global, além de uma produção recorde na temporada anterior.

Na próxima segunda-feira deverá ser dada uma nota de esclarecimento e o trabalho realizado pelo setor - o CNC reconheceu o crescimento e a força do mercado brasileiro de café, pelo ministro da Agricultura, em Brasília, segundo o CNC.

(Por Gustavo Bonato)

Agrolink

Medidas de apoio à cafeicultura saem na segunda-feira-CNC

SÃO PAULO, 2 Ago (Reuters) - O governo federal divulgou na segunda-feira medidas de apoio aos produtores de café, informou o Conselho Nacional do Café (CNC) nesta sexta.

Representantes da entidade receberam a confirmação em reunião com o ministro da Agricultura.

Desde junho, cafeicultores aguardam o anúncio de recursos para apoiar o mercado.

Produtores brasileiros têm enfrentado preços internacionais recuados desde junho, devido ao aumento da oferta de café no mercado global, além de uma produção recorde na temporada anterior.

Na próxima segunda-feira deverá ser dada uma nota de esclarecimento e o trabalho realizado pelo setor - o CNC reconheceu o crescimento e a força do mercado brasileiro de café, pelo ministro da Agricultura, em Brasília, segundo o CNC.

(Por Gustavo Bonato)

R7 - Record

Cooperativas brasileiras de café devem voltar a divulgar estoques

BRASIL, 12 Ago (Reuters) - As cooperativas no Brasil, principal produtor mundial de café, devem voltar a divulgar dados sobre os volumes em seus estoques a partir desta sexta-feira, informou o Conselho Nacional do Café (CNC), uma associação de produtores, uma prática que havia sido abandonada em 2006.

Os dados sobre estoques serão publicados trimestralmente para o período terminado em 30 de março, 30 de junho, 30 de setembro e 31 de dezembro. O CNC informou que a prática de divulgação de estoques de café, em dados sobre estoques, é uma prática que havia sido abandonada em 2006.

Agência Sifras - Sifras & Mercado

Medidas de apoio à cafeicultura saem na segunda-feira-CNC

SÃO PAULO, 2 Ago (Reuters) - O governo federal divulgou na segunda-feira medidas de apoio aos produtores de café, informou o Conselho Nacional do Café (CNC) nesta sexta.

Representantes da entidade receberam a confirmação em reunião com o ministro da Agricultura.

Desde junho, cafeicultores aguardam o anúncio de recursos para apoiar o mercado.

Produtores brasileiros têm enfrentado preços internacionais recuados desde junho, devido ao aumento da oferta de café no mercado global, além de uma produção recorde na temporada anterior.

Na próxima segunda-feira deverá ser dada uma nota de esclarecimento e o trabalho realizado pelo setor - o CNC reconheceu o crescimento e a força do mercado brasileiro de café, pelo ministro da Agricultura, em Brasília, segundo o CNC.

(Por Gustavo Bonato)

CaféPoint

Cooperativas brasileiras de café devem voltar a divulgar estoques

BRASIL, 12 Ago (Reuters) - As cooperativas no Brasil, principal produtor mundial de café, devem voltar a divulgar dados sobre os volumes em seus estoques a partir desta sexta-feira, informou o Conselho Nacional do Café (CNC), uma associação de produtores, uma prática que havia sido abandonada em 2006.

Os dados sobre estoques serão publicados trimestralmente para o período terminado em 30 de março, 30 de junho, 30 de setembro e 31 de dezembro. O CNC informou que a prática de divulgação de estoques de café, em dados sobre estoques, é uma prática que havia sido abandonada em 2006.

Portal Espresso

Cooperativas brasileiras de café devem voltar a divulgar estoques

BRASIL, 12 Ago (Reuters) - As cooperativas no Brasil, principal produtor mundial de café, devem voltar a divulgar dados sobre os volumes em seus estoques a partir desta sexta-feira, informou o Conselho Nacional do Café (CNC), uma associação de produtores, uma prática que havia sido abandonada em 2006.

Os dados sobre estoques serão publicados trimestralmente para o período terminado em 30 de março, 30 de junho, 30 de setembro e 31 de dezembro. O CNC informou que a prática de divulgação de estoques de café, em dados sobre estoques, é uma prática que havia sido abandonada em 2006.

Coffee Break

Conselho Nacional do Café solicita ao governo medidas para o setor

Preocupado com as especulações no mercado, o Conselho Nacional do Café (CNC) solicitou ao governo federal que tome medidas para o setor da produção de café, no próximo mês de setembro, em uma reunião com o ministro da Agricultura, em Brasília, segundo o CNC.



O ano de 2013 também foi marcado pela consolidação e pela intensificação de projetos diversos relacionados às áreas técnicas e institucionais do Conselho Nacional do Café, conforme descrevemos, por tema, abaixo.

4.1 — ÁREA TÉCNICA

Reestruturação da área técnica do Conselho Nacional do Café, através da qual, com a contratação de uma nova profissional, estruturamos e mantivemos o banco de dados com informações de mercado; geramos relatórios semanais e boletins técnicos mensais; fizemos acompanhamento e armazenamento de informações referentes à legislação com impactos sobre a cadeia café; participamos de reuniões e geramos e armazenamos relatórios técnicos; elaboramos projetos visando à ampliação da competitividade da cafeicultura e também materiais técnicos de apoio ao presidente executivo e conselheiros do CNC.

4.2 — POLÍTICA CAFEIRA



Em março, elaboramos um documento técnico e encaminhamos ao Vice-Presidente da República, Michel Temer, sobre a "Crise na Cafeicultura: Fundamentos e Medidas Necessárias", com o objetivo de solicitar medidas emergenciais de apoio aos cafeicultores e a suas cooperativas. Em junho, em nossa participação na reunião do Comitê

Diretor de Planejamento Estratégico do Conselho Deliberativo da Política do Café CD-PE/CDPC), discutimos propostas emergenciais e de médio e longo prazos frente à crise de preços baixos que o café vivenciava. No mês seguinte, também em reunião deste Comitê, debatemos: (i) apresentação do novo diretor do DCAF, Jânio Zeferino da Silva; (ii) remanejamento de recursos entre linhas do Funcafé; (iii) proposta de viabilização da cafeicultura de montanha; (iv) proposta de ampliação do uso de café arábica na indústria torrefadora; (v) programa de autorregulamentação da pureza do café; e (vi) Plano Estratégico para o Desenvolvimento da Indústria de Café.



Em julho, realizamos gestões junto ao Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (Mapa) para alterarmos a redação da Resolução do Banco Central do Brasil Nº 4.229, de 18 junho de 2013, que dispõe sobre ajustes nas normas de financiamento com recursos do Funcafé a partir de 1º de julho de 2013, de forma a garantir que as cooperativas repassem os recursos para estocagem aos cafeicultores filiados. Já em agosto, ao participarmos da 66ª Reunião Ordinária do CDPC, discutimos com o Governo Federal e os titulares do setor privado que compõem o fórum, temas como: (i) liberação dos recursos do Funcafé; (ii) programa de opções; (iii) aumento das importações de café industrializado; (iv) regras para realocação de eventuais saldos entre linhas de financiamento do Funcafé; (v) programa de autorregulamentação e monitoramento da pureza do café; e (vi) VIII Simpósio de Pesquisa dos Cafés do Brasil.

Com o agravamento da crise gerada pelos preços aviltados do mercado, em novembro, após diversas audiências com as áreas agrícola e econômica do Governo Federal, encaminhamos um ofício à Presidenta da República, Dilma Rousseff, solicitando a implementação imediata de medidas emergenciais de política cafeeira. Ainda no penúltimo mês do ano, realizamos, na sede do Conselho dos Exportadores de Café do Brasil (CeCafé), em São Paulo, uma reunião sobre os rumos da política cafeeira, com a participação de todos os segmentos da cadeia produtiva do café. Desse evento nasceu, em dezembro, o Seminário “Rumos da Política Cafeeira no Brasil”, idealizado e realizado pelo CNC em parceria com a Organização das Cooperativas Brasileiras (OCB), na sede da entidade, em Brasília (DF). Por fim, o presidente executivo do CNC, deputado federal Silas Brasileiro, realizou uma apresentação, que foi elogiada por todos os presentes na Audiência Pública do Senado Federal sobre “Política para Recuperação da Lavoura do Café na Região Sul”. No evento, o CNC deixou bem claro seu posicionamento contrário ao financiamento de novos plantios de café, não apenas na Região Sul, mas em qualquer outra Região do Brasil.

4.3 — CÓDIGO COMUM PARA A COMUNIDADE CAFEIRA (4C)

Em maio, ao participarmos da reunião referente ao Desenvolvimento da Associação 4C no Brasil e no mundo, realizada durante o 5º Fórum & CoffeeDinner, nos foi solicitado o envio de um posicionamento do CNC referente às dificuldades enfrentadas pelas cooperativas brasileira no âmbito do Código. Após consulta às cooperativas associadas, elaboramos e enviamos documentação de posicionamento do Conselho



sobre os principais desafios e dificuldades enfrentados pelas cooperativas brasileiras em relação ao Código 4C.

Através de nosso representante, Alexandre Vieira Costa Monteiro, participamos da reunião do Conselho do 4C, em Amsterdã (HOL), e do encontro do Comitê Técnico do Código, em São Paulo (SP), ambas em novembro, nas quais adotamos posicionamento contrário à proposta que visa permitir ao produtor, que pertença a uma Unidade 4C, vender o seu café para outras unidades.

4.4 — INTELIGÊNCIA COMPETITIVA

Participação em reunião na Coordenação-Geral de Apoio às Câmaras Setoriais e Temáticas do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, em janeiro de 2013, na qual foi apresentada uma proposta de sistema de inteligência competitiva para o agronegócio brasileiro, que se encontra em desenvolvimento no Mapa.

4.5 — MERCADO

A assessoria técnica do CNC, após sua reestruturação, iniciou, em março de 2013, a elaboração e a consequente veiculação mensal dos Boletins Conjunturais do Mercado de Café, o qual se tornou referência para associados e demais produtores. Em julho, contratamos um estudo sobre "CONSUMO, PRODUÇÃO, DESAFIOS E OPORTUNIDADES PARA OS CAFÉS DO BRASIL 2013 - 2020", junto à P&A Marketing Internacional, com o objetivo de analisarmos e entendermos melhor os cenários futuros para o setor e planejarmos formas de inserção em novos mercados, a consolidação em mercados emergentes e a manutenção da participação nos já consolidados, de maneira que todos os elos da cadeia produtiva tenham renda.

Nessa mesma linha, participamos e coletamos informações sobre "Perspectivas, Cenários Atuais e Tendências da Cafeicultura: Brasil, Vietnã e Colômbia", em palestra ministrada por Juliano da Silva Mota (*Agricultural Consultancy Services – ACS*) durante evento organizado pela Embrapa Café, em agosto.

4.6 — OIC: INTERAÇÃO INTERNACIONAL

O mês de setembro foi marcado pela Semana Internacional do Café, evento que congregou, em Belo Horizonte (MG), a 110ª Sessão do Conselho da Organização Internacional do Café (OIC) e a celebração do cinquentenário da entidade.



No mês em questão, tivemos participação técnica e política no Grupo de Trabalho Internacional responsável pela elaboração da Declaração de Belo Horizonte; na reunião do Conselho Internacional do Café, onde foram discutidos: (i) adoção da Declaração de Belo Horizonte; (ii) situação do mercado cafeeiro; (iii) adesão ao AIC; (iv) metodologia adotada para previsão de safra de café no Brasil; (v) cooperação internacional brasileira; (vi) café e mudanças climáticas; (vii) riscos e financiamento no setor cafeeiro; e na reunião da Junta Consultiva do Setor Privado, na qual foram debatidos: (i) impactos da ferrugem na produção de café na América Central; (ii) Café e Saúde; (iii) programa de melhoria da qualidade do café; (iv) panorama do mercado de café na China; (v) panorama do mercado de café no Canadá.

4.7 — DRAWBACK

Em fevereiro, elaboramos e distribuimos uma nota técnica sobre *drawback* aos conselheiros do CNC, a qual abordou pontos como: (i) mercado Internacional de café solúvel e o desempenho da indústria brasileira; (ii) inserção da indústria brasileira de Torrado e Moído no mercado internacional; (iii) possíveis impactos nos preços recebidos pelos cafeicultores; (iv) riscos fitossanitários; (v) recomendações de medidas de salvaguarda. A intenção foi receber o retorno sobre um posicionamento a ser adotado sobre a matéria.

4.8 — ESTOQUES DE CAFÉ DAS COOPERATIVAS

Em maio, após deliberação do Conselho Diretor, iniciamos a elaboração de relatórios técnicos mensais sobre “Recebimento, Comercialização e Estoques Mensais de Café das Cooperativas Associadas ao CNC”.

4.9 — PACTO DO CAFÉ

Em novembro, após o surgimento de um documento intitulado “Pacto do Café”, elaboramos uma análise técnica sobre o mesmo para embasamento das discussões no âmbito do Conselho Nacional do Café.

4.10 — POSICIONAMENTO PÚBLICO

Além dos posicionamentos e das orientações transmitidas em nossos boletins semanais e mensais, assim como nas entrevistas concedidas aos principais veículos de comunicação do Brasil, tivemos duas participações especiais em 2013. A primeira foi em março, na revista da Expocaccer, onde abordamos temas como: (i) marketing e



promoção do café brasileiro; (ii) instrumentos para ordenamento da oferta e garantia de renda; (iii) política cambial; (iv) mercado futuro de café no Brasil; (v) tributação IOF; (vi) importância do cooperativismo. Já em abril, tivemos a honra de expor o CNC em entrevista fornecida à Embrapa Café – como parte das comemorações de 40 anos da estatal –, na qual apresentamos (i) perfil do CNC e sua missão; (ii) posicionamento referente ao CDPC; (iii) medidas de apoio à cafeicultura defendidas pelo CNC; (iv) impacto da pesquisa e transferência de tecnologia na redução da bienalidade; e (v) perspectivas de mercado, pontos que foram tornados públicos pela estatal em seu site e distribuídos a seu qualitativo mailing.

4.11 — PESQUISA

O CNC, em suas participações no Comitê Diretor de Pesquisa e Desenvolvimento do Conselho Deliberativo da Política do Café (CDPC), defendeu a priorização dos estudos aplicados e a garantia de manifestação do setor privado quanto às prioridades das pesquisas a serem desenvolvidas, de maneira que os trabalhos tenham foco nas necessidades do setor. Em relação ao consumo, participamos da criação de diversas reuniões que acabaram na constituição de um Grupo de Trabalho/Acompanhamento para um estudo sobre o Programa de Autorregulamentação da Pureza do Café, proposto pela Associação Brasileira da Indústria de Café (Abic), cuja intenção é fazer com que tenhamos o máximo número possível de cafés livres de impurezas nos estabelecimentos comerciais à disposição dos consumidores.

4.12 — PARTICIPAÇÃO EM EVENTOS

O ano de 2013 também foi marcado pela continuidade e pela intensificação de nossas participações nos diversos eventos cafeeiros espalhados pelo Brasil. Como exemplos, em março estivemos no 14º Agrocafé – Simpósio Nacional do Agronegócio do Café, onde o conselheiro João Toledo proferiu palestra sobre a "Atuação do CNC". O presidente executivo Silas Brasileiro foi ao 13º Fórum sobre Mercado e Política de Café, onde ministrou palestra sobre "Perfil da Cafeicultura Brasileira: Peculiaridades Regionais e Tendências". No mês seguinte, o tema "Cafeicultura e Comercialização" foi apresentado pelo presidente na 3ª Festa do Produtor Rural de Caratinga. Também em junho, no "Seminário em Homenagem aos 50 anos da OIC", organizado pelo Itamaraty, em Brasília, Silas Brasileiro debateu o tema "50 Anos da OIC: Onde Estamos e Para Onde Vamos", com foco em garantia de renda, sustentabilidade e tecnologia para a cafeicultura brasileira e mundial.



Em setembro, na mencionada participação durante a Semana Internacional do Café, em Belo Horizonte — que será mais bem detalhada adiante —, a assessoria técnica do CNC apresentou uma palestra, em painel promovido pelo Sebrae-MG, abordando "Os Diversos Olhares Sobre o Café - Debate sobre a cadeia produtiva". Além disso, marcamos presença no 21º Seminário do Café da Região do Cerrado Mineiro, oportunidade na qual o presidente executivo Silas Brasileiro realizou uma palestra abordando "Mercado e Política Cafeeira". Encerrando os exemplos, mencionamos a participação, em outubro, no "39º Congresso Brasileiro de Pesquisas Cafeeiras", onde o coordenador do CNC, Maurício Miarelli, proferiu palestra sobre a "Conjuntura Cafeeira".

4.13 — PROJETOS

Por deliberação dos conselheiros diretores e em contato com os demais elos da cadeia produtiva do café, o CNC participou da elaboração de alguns projetos inéditos até o momento, entre os quais destacamos a "Promoção do Consumo de Café Arábica no Mercado Doméstico Brasileiro", que se encontra na carteira de projetos aprovados para desenvolvimento com recursos do Fundo Estadual do Café de Minas Gerais (Fecafé), aguardando liberação orçamentária, e a "Iniciativa para Promover a Competitividade da Cafeicultura Mineira", a qual também aguarda disponibilidade orçamentária.

4.14 — ZONAS DE PROCESSAMENTO DE EXPORTAÇÃO

Visto como um tema novo e que pode surgir como agregador de valor às exportações brasileiras, podendo, inclusive, ampliar os horizontes de nossos cafés beneficiados, a convite do Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior (MDIC), participamos, em outubro, de uma reunião sobre as Zonas de Processamento de Exportação (ZPE), reunião que nos motivou a elaborar um material técnico sobre o tema para exposição e debate junto aos conselheiros diretores do CNC.

5— RELATÓRIO DE AÇÕES

Com a consolidação dos boletins semanais e mensais como principal plataforma de comunicação e posicionamento do CNC junto a produtores, governo e demais elos da cadeia produtiva do café, fizemos considerações relevantes a respeito de diversos temas para o setor. Este relatório trará, na sequência, a síntese do trabalho realizado.



5.1 — COMERCIALIZAÇÃO

O primeiro boletim de 2013 reiterou um alerta que o CNC disparou ao longo de praticamente todo o ano de 2012. A entidade manteve sua recomendação para que os produtores aproveitassem, nos meses futuros, os momentos de recuperação do mercado para realizar suas vendas de forma parcelada, evitando os momentos de pressões especulativas que deprimem as cotações. Assim, seria possível trabalhar com margens de lucro na comercialização, já antevendo uma depreciação nos preços que já era aguardada.

5.2 — AMPLIAÇÃO DA ÁREA CAFEEIRA NO BRASIL

Na primeira semana de janeiro, o CNC, como feito desde o final de 2011, manteve a orientação aos produtores sobre o risco de expandir a área cultivada, ainda mais quando se estreita o ciclo de bienalidade em razão do uso de tecnologia, gerando melhoria dos tratos culturais, renovação do parque cafeeiro com melhor espaçamento entre plantas e variedades mais produtivas, resistentes a pragas e doenças e a adversidades climáticas. Alertamos, na ocasião, que a aproximação de uma safra menor com uma de maior produção significa aumento da oferta ao mercado consumidor, daí o Conselho apontou a necessidade de reavaliar o planejamento do setor.

O primeiro trimestre foi marcado por anseios de recursos públicos para o incremento da área destinada à cafeicultura no Brasil e, para encerrar esta situação, o CNC reiterou, em março, seu posicionamento contrário à liberação de financiamentos para novos plantios, de forma a não afetar o delicado equilíbrio entre oferta e demanda, provocando consequências negativas de aviltamento ainda maior nos preços pagos aos produtores. Lembramos, também, que o secretário executivo do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (Mapa) à época, José Carlos Vaz, comprometeu-se — conforme anunciado no boletim semanal de 22 de fevereiro — a emitir um Aviso Ministerial relacionado à expansão do parque cafeeiro no País. O documento seria direcionado ao Banco do Brasil, ao BNDES e ao Banco do Nordeste para que esses agentes não utilizem recursos públicos de outros programas para incentivar o aumento da área cafeeira.



O que o CNC manteve como ideal foi a liberação desses recursos para a renovação das lavouras antigas do cinturão produtor brasileiro, permitindo a implantação, em espaçamentos adensados, de variedades mais produtivas, resistentes ou tolerantes aos problemas fitossanitários e climáticos. Recordamos, ainda, que é fundamental a realização de estudos que apontem as localidades onde a renovação do parque cafeeiro seja mais premente, já que planejamento e visão estratégica são indispensáveis para que a cafeicultura brasileira cresça no tripé das sustentabilidades econômica, social e ambiental.

Ainda em março, dados que corroboravam nossa postura de não expansão da área cafeeira no Brasil e a consequente ampliação da produção foram divulgados pelo Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior (MDIC). No primeiro bimestre de 2013, a receita cambial com exportação de café verde apresentou queda de 23,86% em relação ao mesmo período de 2012. O faturamento chegou a US\$ 830,952 milhões, ante US\$ 1,091 bilhão, conforme números apurados pela Secretaria de Comércio Exterior da Pasta. Saliente-se que, apesar da queda na receita, o volume embarcado no primeiro semestre de 2013 apresentou alta de 7,82%, totalizando 255.017 toneladas frente às 236.521 toneladas nos dois primeiros meses do ano passado.

5.3 — ESPECULAÇÕES SOBRE SAFRA DE CAFÉ NO BRASIL

No dia 5 de fevereiro, a Organização Internacional do Café revisou para 144,5 milhões de sacas sua estimativa à safra mundial 2012/2013, volume que representava elevação de 7,3% frente ao ciclo anterior. Apesar de os especuladores tirarem proveito dessa informação para sugerir uma superoferta e pressionar ainda mais os preços – já em patamares absurdamente baixos quando se analisava os fundamentos –, o CNC recordou que o consumo mundial da bebida aumentou 4,7% nos últimos quatro anos, chegando a 139 milhões de sacas em 2011, e que a OIC previa continuidade desse incremento em 2012 e 2013, haja vista a recuperação da economia nos Estados Unidos e os sinais de revitalização na União Europeia. Entendemos que o consumo de café continuava resistente às preocupações da macroeconomia e que havia espaço para crescimentos substanciais nos países produtores e, também, nas nações emergentes, destacadamente na Ásia. Além disso, alertamos que os estoques se encontravam em níveis historicamente reduzidos, tanto nos produtores, quanto nos importadores. Ou seja, falar em oferta ampla de café era



um abuso e não passava, novamente, do aproveitamento de um espaço que se tinha na mídia para interferir negativamente no mercado e tirar proveito ao comprar o produto a baixos preços, que sequer cobriam os custos do produtor.

Em linha com o raciocínio de que não haverá superoferta e que o volume mundial produzido se equivalerá à demanda, em 7 de fevereiro, o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística divulgou sua estimativa para a safra 2013 de café no Brasil. A expectativa do órgão era que o País colheria 47,8 milhões de sacas, ou 5,9% a menos do que as 50,8 milhões de sacas produzidas em 2012. Esse volume ficou dentro do intervalo previsto pela Companhia Nacional de Abastecimento – 46,98 milhões a 50,16 milhões de sacas – e o CNC esperava que servisse para acabar definitivamente com as especulações de que o colheremos mais café do que no ano passado, como alguns “profetas” vinham cravando. Isso porque, em seu anúncio, o IBGE também alertou que os “custos de produção elevados e problemas com mão de obra pesaram bastante em 2012 e poderiam influenciar negativamente a safra 2013”.

Em abril de 2013, analisando o cenário atual dos preços pagos pelo café no mercado, o Conselho Nacional do Café fez um alerta sobre o fato de o Brasil voltar a registrar bienalidades acentuadas em suas safras, haja vista que a falta de renda traria, como tendência inevitável, a redução dos tratos culturais nas lavouras, principal fator que fez com que os ciclos possuíssem menor diferença nos volumes colhidos. No dia 14 de maio, a Conab divulgou seu segundo levantamento para a safra 2013 de café no Brasil, apontada em 48,59 milhões de sacas, volume 4,4% inferior ao colhido em 2012 (50,83 mi/sc), mas que representava a maior produção brasileira nos ciclos de baixa da bienalidade. Também de acordo com a estatal, a área destinada ao cultivo de café no País era de 2,342 milhões de hectares, ou pouco mais de 1% em relação aos números de 2012, quando a cafeicultura ocupava uma área de 2,329 milhões de hectares.

O CNC manifestou, na ocasião, que a maior safra dos ciclos de baixa e a praticamente não alteração da área destinada à atividade cafeeira demonstraram a competência do produtor e dos setores de pesquisa brasileiros, que, com investimentos em tecnologia — mecanização, irrigação e manejo —, alcançaram melhores resultados e aprimoraram os tratos culturais, proporcionando melhor produtividade. Entretanto, voltamos a defender a necessidade da implantação de instrumentos de mercado



para proporcionar renda aos cafeicultores, caso contrário não mais poderemos investir nos tratos do cafezal e a produção voltará a apresentar diferenças significativas nos ciclos bienais, comprometendo, por conseguinte, o abastecimento do consumo interno e das exportações.

Preocupados com o excesso de especulações a respeito do tamanho das safras nacionais, o Conselho Diretor do CNC, em reunião realizada em junho de 2013, aprovou um projeto de trabalho apresentado pela P&A Marketing Internacional, que consistia em levantamento de dados, análise e elaboração de um documento de posicionamento referente à competitividade do café brasileiro, incluindo informações e análises comparativas sobre custos de produção, oferta e a demanda de café e seus impactos nos mercados nacional e internacional. A intenção do Conselho, com essa iniciativa, era trabalhar com dados e informações confiáveis, em nível mundial, para que possamos melhor nos posicionar e ampliar a competitividade internacional do produto brasileiro em todos os elos do setor produtivo.

Na primeira semana de julho, o Centro de Estudos Avançados em Economia Aplicada (Cepea), ao mencionar o término oficial da safra brasileira 2012/13 de café, comentou que foi marcada por preços bem inferiores aos da temporada anterior. De julho/12 a junho/13, o Indicador CEPEA/ESALQ do arábica tipo 6 teve média de R\$ 340,83/saca de 60 kg, 24% abaixo da verificada em 2011/12. Em dólar, a queda foi ainda mais expressiva, de 33%, com o Indicador a US\$ 167,31/sc. Ao longo dos 12 meses, o preço interno do grão recuou expressivos R\$ 105 por saca, equivalente a um declínio de 27%. O Cepea relatou que esse movimento acompanhou as sucessivas retrações do mercado internacional, onde especuladores exerceram pressão mencionando o volume recorde colhido no Brasil em 2012/13, seguido de anúncios de produção também recorde para anos de bienalidade negativa agora em 2013/14.

O Conselho Nacional do Café, por sua vez, reiterou que, apesar de ambas as safras terem registrado produção recorde, o volume colhido é satisfatório apenas para que se honrassem os compromissos com o consumo interno e as exportações, não havendo motivos para se pensar em excesso de oferta substancial, o que não justificava, fundamentalmente, o movimento de desvalorização do arábica, que começou em setembro de 2011 e, desde março de 2013, de acordo com cálculos do Cepea, as



cotações estavam abaixo do novo preço mínimo definido pelo Governo Federal, em R\$ 307 por saca.

Também em julho, o IBGE reduziu em 2,2 milhões de sacas sua previsão para a safra 2013/14 de café no Brasil, frente ao levantamento de junho. O Instituto estimou que seriam produzidas 47,5 milhões de sacas, volume 7% inferior ao colhido no ciclo cafeeiro 2012/13. A principal quebra (de 17%) ocorreu na safra da variedade robusta devido às condições climáticas desfavoráveis no Espírito Santo. Para o grão arábica, a redução foi apontada em 4,9%, resultante da bienalidade. Já em setembro, durante a Semana Internacional do Café, a Conab divulgou seu terceiro levantamento para a safra 2013, no qual também reduziu o prognóstico para 47,5 milhões de sacas.

O CNC, à época, destacou a forma técnica da apresentação elaborada pelo diretor de Política Agrícola e Informações da Conab, Sílvio Porto, que elucidou a todos os países presentes no evento o modelo operacional do levantamento, inclusive fazendo uso de georreferenciamento em algumas regiões produtoras. Esse fato, sem dúvida, contribuiu para mitigar as especulações a respeito de nossa produção. Ainda na apresentação, Porto criticou as inúmeras “previsões” que instituições privadas fazem sobre a colheita brasileira e frisou que a estatal é o órgão mais capacitado, recomendando que sejam ignoradas quaisquer projeções especulativas, de maneira que se evite pressionar ainda mais as cotações do café por interesse.

No dia 4 de novembro, em reunião realizada com as demais lideranças do setor produtor da cafeicultura na sede da Federação da Agricultura e Pecuária do Estado de Minas Gerais (FAEMG), em Belo Horizonte (MG), após o presidente executivo do CNC, deputado federal Silas Brasileiro, levar aos presentes uma mensagem do ministro da Agricultura, Antônio Andrade, sobre diversas providências que seriam tomadas junto ao Ministério da Fazenda e à Casa Civil para definir as políticas de apoio ao setor, voltamos a fazer um alerta em relação aos novos plantios de café, medida que vinha sendo uma constante ao longo dos últimos três anos. Entretanto, como poucos levaram em consideração, atualmente vivenciamos um — ainda que pequeno — desequilíbrio entre oferta e demanda, o qual é uma das razões para os preços aviltados atuais.



Por fim, no dia 4 de dezembro, em reunião organizada pelo Conselho Nacional do Café, os representantes da cadeia produtiva se encontraram com o diretor executivo da Organização Internacional do Café (OIC), Robério Silva, em Brasília (DF). O dirigente da principal entidade mundial do setor fez uma análise do cenário atual, destacando o vigor do consumo em mercados emergentes, como a Coreia do Sul, que acabara de visitar, mas apontou que um problema para os preços é que houve o descolamento desse consumo com o volume da produção, em especial a do Brasil e a do Vietnã, que nos últimos anos elevaram suas colheitas.



Ele também destacou o que vem sendo chamado de “renascimento do café” na África. Segundo Robério, nove das 10 principais nações produtoras no continente estão investindo no aumento da produção cafeeira. Além disso, a Colômbia superou os problemas climáticos e fitossanitários, muito em função da renovação de seu parque cafeeiro, e

os produtores obtiveram novos subsídios do governo nessa época de crise, o que manteve a disponibilidade mundial em níveis elevados. E esse é um problema sério, de acordo com o executivo da OIC, haja vista que se projeta que a cada 1 milhão de sacas a mais nos estoques mundiais, há queda de US\$ 0,07 por libra peso na Bolsa de Nova York.

Analisando esse cenário e ainda mencionando o aumento do conilon nos *blends*, Robério acredita que essa crise não seja de curto prazo no mercado internacional do café arábica. Até porque, conforme ele, apesar dos estoques “visíveis” estarem em níveis muito reduzidos, os “invisíveis” existentes nos portos, onde os números não são tornados públicos, também conhecidos como “*pipeline*”, possuem volume significativo. Nesse contexto, o diretor executivo da OIC destacou que a saída emergencial é informar aos países produtores de todo o mundo que o crescimento da oferta nunca deve superar o avanço do consumo de café.



5.4 — PRORROGAÇÃO DA ESTOCAGEM 2012

Cientes que a depreciação injustificada e especulativa dos preços nas bolsas internacionais e, conseqüentemente, no mercado físico praticamente retirou a rentabilidade do setor, o CNC e as lideranças do setor produtor vinham defendendo desde os últimos meses de 2012 a prorrogação do pagamento dos financiamentos de Estocagem do Funcafé na safra daquele ano. Em audiência com o secretário de Produção e Agroenergia do Mapa, Gerardo Fontelles, nas primeiras semanas de janeiro de 2013, houve a confirmação de que um voto agrícola, cujo conteúdo autorizaria essa prorrogação, foi encaminhado ao Ministério da Fazenda e seria apreciado na reunião ordinária subsequente do Conselho Monetário Nacional (CMN), que deveria aprová-lo.

Essa informação foi reiterada na última semana de janeiro pelo então secretário executivo do Mapa, José Carlos Vaz, e pelo próprio secretário de produção, Gerardo Fontelles, em audiências que o presidente executivo do CNC teve com ambos. À espera do anúncio, o deputado federal Silas Brasileiro considerou que a concretização desta ação era necessária frente ao aviltamento dos preços do café, pois não pressionará os produtores brasileiros a venderem pelos preços praticados, os quais mal cobriam os custos de produção. Além disso, ele recordou que o setor produtor não deseja preços sobrevalorizados, pois a intenção nunca será punir o consumidor final e gerar inflação. O que se pretende é que o cafeicultor possa comercializar o produto a valores remunerativos e tenha condições de permanecer na atividade.

Em 31 de janeiro, enfim, o CMN aprovou voto que concedeu prazo adicional de 60 dias para o pagamento da primeira parcela das operações de Estocagem e das operações de Custeio convertidas em Estocagem, contratadas em 2012, com recursos do Funcafé. A medida compreendeu os financiamentos com vencimento entre 1º de dezembro daquele ano e 31 de março de 2013. Dessa forma, o governo atendeu a um pleito do setor produtor, demandado pelo CNC e as cooperativas e pela Comissão Técnica de Café da FAEMG e os sindicatos rurais, após diversas audiências realizadas pelos presidentes Silas Brasileiro e Breno Mesquita, respectivamente, com representantes dos Ministérios da Agricultura (Mapa) e da Fazenda.

Vencido o prazo de 60 dias e após inúmeras audiências do Conselho Nacional do Café com representantes governamentais, no dia 28 de março o Conselho Monetário



Nacional atendeu a um dos pedidos das lideranças do setor produtor e aprovou o pagamento parcelado em 12 meses dos financiamentos de Estocagem contraídos pelos cafeicultores junto a todas as fontes de recursos e não apenas o Funcafé. Os produtores interessados passaram a ter até 31 de maio para formalizar a reprogramação do pagamento, com a primeira parcela devendo ser quitada em junho. Essa decisão envolveu 2 mil contratos, os quais correspondem a um volume aproximado de 2 milhões de sacas que deixaram de ingressar no mercado de imediato, evitando, portanto, uma sobreoferta às margens da entrada da nova safra.

5.5 — PREÇO MÍNIMO DO CAFÉ

Desde o início de 2012, quando assumiu oficialmente a presidência executiva do CNC, o deputado federal Silas Brasileiro iniciou trabalhos para que o preço mínimo do café fosse reajustado, de maneira que se aproximasse da realidade dos custos de produção e não mais ficasse estagnado no valor de R\$ 261,69, congelado desde 2009. Após muitas tratativas, o Governo Federal sinalizou, em março de 2013, que a medida poderia se concretizar. Contudo, no dia 28 do terceiro mês de 2013, o Conselho Monetário Nacional (CMN) não consolidou a aprovação do novo preço mínimo para o café, que, após estudos realizados pela Conab, deveria saltar de R\$ 261,69 para R\$ 336,13 por saca da variedade arábica. Através de acordo que firmamos com o Governo, estipulou-se que o valor seria elevado para R\$ 340,00, sendo este, inclusive, o nível que constou no voto encaminhado pelo ministro da Agricultura, deputado federal Antônio Andrade, para o colegiado.

Um dos motivos apresentados para a não apreciação do voto foi que o assunto ficou para a “última hora”, argumentação da qual o CNC discordou completamente, haja vista que se tratava de um tema que vínhamos tratando há um ano, desde abril de 2012. Também não havia razões para o Governo mencionar que o preço precisaria de melhores análises, pois a definição desse patamar foi feita pela Conab, órgão estatal, a qual apurou com total idoneidade e responsabilidade as informações para se chegar a ele. Por outro lado, o interessante é que, em conversas realizadas com representantes dos Ministérios da Agricultura e da Fazenda, tivemos a confirmação de que o novo preço mínimo para o café seria avaliado e aprovado pelo Conselho Monetário Nacional na reunião ordinária de abril.



Até o novo encontro do CMN, foram divulgadas, na mídia, críticas e preocupações quanto ao reajuste do preço mínimo do café e seu impacto na inflação brasileira, com base em argumentos infundados e que ignoravam a situação de crise enfrentada pelos produtores de arábica em todo o planeta. O reajuste do preço mínimo não significava apenas uma resposta à atual crise, mas, principalmente, a sinalização de um objetivo de longo prazo, que nortearia a alocação dos recursos pelo setor produtivo. Se essa meta continuasse abaixo do custo de produção, indicando que o produtor operaria com margens negativas, teríamos como consequência a anulação de investimentos e tratos culturais, o retorno de bienalidades acentuadas e retração de oferta, com impacto direto nas economias dos municípios em que a cafeicultura é um forte motor do desenvolvimento econômico e social.

O reajuste solicitado pelo setor produtivo — que representava um aumento de 30% em relação ao preço mínimo congelado desde 2009, em R\$ 261,69/sc — visou à cobertura dos custos de produção do café, com base em levantamento realizado pelo próprio Governo, por meio da Conab. Na oportunidade, destacamos que esse percentual era inferior à inflação acumulada do grupo “alimentação e bebidas” do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA), que foi de 33% no mesmo intervalo. Além disso, os preços praticados no mercado do arábica estavam ao redor de R\$ 300/saca, ou seja, R\$ 40 inferiores ao valor de referência solicitado. Um exercício teórico sobre um possível peso da alteração do preço mínimo ao consumidor final resultou que um acréscimo de R\$ 40 na saca do café verde equivaleria a um aumento inferior a R\$ 0,01 na xícara de café expresso. Sendo assim, havia motivos para tanto alarde quanto ao aumento da inflação?

Além disso, o CNC recordou que a crise do tomate, elevado ao status de vilão da inflação no primeiro trimestre de 2013, deveu-se à forte retração de oferta desse produto em função de um período anterior de preços pouco remuneradores aos seus agricultores e condições climáticas adversas. Por essa lógica, não socorrer a cafeicultura, que operava com remuneração abaixo dos custos, somente levaria a uma retração futura de oferta de café em um cenário de crescimento anual da ordem de 4% no consumo doméstico, resultando em aumento de preço aos consumidores nas próximas temporadas. E, aí sim, o café poderia se tornar o novo vilão da inflação.



Após desencontros entre as áreas agrícola e econômica do Governo, enfim, na segunda semana de maio, o Conselho Monetário Nacional aprovou o reajuste do preço mínimo do café arábica de R\$ 261,69 para R\$ 307,00 a saca de 60 kg, valor que implicou elevação de 17,3%, mas que ficou aquém da expectativa do setor, já que aguardávamos, no mínimo, a aprovação da média do custo de produção calculada pela Companhia Nacional de Abastecimento, de R\$ 336,13 por saca, para a safra 2013.

Foram duas as justificativas apresentadas pelo governo para não chegar ao patamar apurado pela estatal: (i) a preocupação com a possível inflação que um aumento maior no preço traria. Isso, porém, não se justifica, haja vista que, quando o café valia aproximadamente R\$ 500 por saca não houve aumento nas gôndolas ou no cafezinho nos bares e restaurantes; (ii) e o fato do governo temer que uma correção maior no valor do café poderia fazer com que outros setores também pedissem elevações, o que também consideramos injustificável, uma vez que o preço de referência do café estava congelado desde 2009.

Por outro lado, mencionamos que a aprovação do novo preço mínimo do café, ainda que em patamares aquém do tecnicamente solicitado, representou a conclusão da segunda de quatro etapas de uma política estratégica para a cafeicultura brasileira. A primeira delas foi a prorrogação dos vencimentos de estocagem, que venceriam em março e abril, por 12 meses, com início do pagamento em junho, fato que impediu a entrada imediata e de uma só vez de cerca de 2,5 milhões de sacas no mercado e a subsequente pressão sobre as cotações.

A terceira etapa estava em discussão e deveria ser concluída ainda em maio, pois se aguardava que o CMN definisse a distribuição dos R\$ 3,16 bilhões para as linhas de financiamento do Fundo de Defesa da Economia Cafeeira (Funcafé). A previsão era que o Conselho Monetário aprovasse voto nesse sentido em sua reunião ordinária daquele mês. Já a quarta etapa era a necessária implementação de instrumentos de mercado, conforme o melhor cenário estudado, pensando na geração de renda aos produtores. Nesse sentido, defendemos a realização dos leilões de Prêmio Equalizador Pago ao Produtor (Pepro) e de Opções Públicas.



5.6 — RETORNO À CÂMARA DOS DEPUTADOS

Em meio às negociações para o setor cafeeiro, o presidente executivo do CNC, Silas Brasileiro, no dia 19 de março de 2013, atendendo à convocação da Mesa Diretora da Câmara dos Deputados, assumiu mandato parlamentar, sendo este fruto do apoio recebido dos eleitores na campanha de 2010. “Também continuarei à frente da presidência executiva do Conselho Nacional do Café, buscando aliar esse trabalho aos que pretendo desenvolver ao integrar a Frente Parlamentar Mista em Defesa da Cafeicultura e a Comissão de Agricultura, Pecuária, Abastecimento e Desenvolvimento Rural (CAPADR) na Câmara Federal”, destacou.

Na ocasião, Brasileiro anotou que conciliar essas funções era vital, pois reforça a defesa dos produtores brasileiros de café, assim como a senadora Kátia Abreu à frente da Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil (CNA) dá outro patamar para o andamento dos trabalhos voltados aos interesses do setor agropecuário nacional. “É com esse ideal conciliador e de aproximação que pretendemos trabalhar em prol de uma agricultura forte e sustentável em nosso país”, explicou.

O retorno do deputado e presidente executivo do CNC, Silas Brasileiro, à Câmara ocorreu em função da nomeação do também deputado federal Antônio Andrade para o posto de ministro da Agricultura, em substituição a Mendes Ribeiro Filho. Na oportunidade, o Conselho Nacional do Café externou publicamente sua gratidão aos serviços que ele e sua equipe prestaram à frente da Pasta, sempre tentando encampar com lucidez as políticas estratégicas possíveis.

5.7 — FUNCAFÉ 2013

Desde janeiro, o Conselho Nacional do Café vinha se reunindo com representantes do Governo Federal para definir os valores a serem destinados a cada uma das linhas de financiamento do Fundo de Defesa da Economia Cafeeira na safra 2013. Nos primeiros dias de fevereiro, em audiência com o secretário de Produção e Agroenergia do Ministério da Agricultura, Gerardo Fontelles, solicitamos a elaboração de votos agrícolas, a serem encaminhados para apreciação do Conselho Monetário Nacional na reunião de março, referentes à liberação dos recursos do Funcafé para as linhas de Custeio, Colheita e Estocagem na safra 2013.



Liberações de recursos do Funcafé em 2013 (R\$ milhões) - Posição em 11/09/2013									
AGENTES	ESTOCAGEM	FAC	CUSTEIO	Giro COOP's.	Giro T&M	Giro Solúvel	Opções e Futuros	Recup. cafezais	TOTAL por AGENTE
Banco do Brasil	283,994	141,176	160,640	242,568	80,000	66,623	20,000	5,000	1.000,001
Bancoob S.A.	129,980	25,414	77,282	18,684	—	—	—	—	251,360
Itaú BBA	76,909	37,523	—	71,134	40,000	16,599	—	—	242,165
Banco Votorantim	116,462	56,821	—	—	5,000	7,456	—	—	185,739
SICOOB CREDIMINAS	80,588	—	73,417	—	—	—	—	—	154,005
Banco Fibra	50,540	24,650	—	49,106	9,000	11,183	—	—	144,567
Itaú Unibanco	65,922	32,163	4,338	—	33,864	—	—	—	136,287
Santander Brasil	61,527	30,018	36,065	—	—	—	—	—	127,610
Rabobank	46,145	22,514	27,049	—	—	—	—	—	95,708
Banco Pine	23,396	30,018	—	19,841	10,000	7,456	—	—	90,711
SICOOB CENTRAL ES	25,996	—	60,737	—	—	—	—	—	86,733
SICOOB AGROCREDI	25,996	—	52,061	—	—	—	—	—	78,057
BANESTES	—	—	74,705	—	—	—	—	—	74,705
Bicbanco	28,566	13,937	—	10,010	5,000	14,567	—	—	72,080
BNP Paribas Brasil	8,665	29,650	—	12,901	5,000	14,911	—	—	71,127
Banco Original	8,665	12,707	8,677	12,901	5,000	—	—	—	47,950
Banco ABC Brasil	13,184	6,433	—	12,775	7,136	6,723	—	—	46,251
BPM Brasil Banco Múltiplo	28,566	13,937	—	—	—	—	—	—	42,503
SICOOB CREDIVAR	12,998	—	21,692	—	—	—	—	—	34,690
Tokyo-Mitsubishi UFJ Brasil	25,996	5,930	—	—	—	—	—	—	31,926
Bradesco	15,382	7,505	9,016	—	—	—	—	—	31,903
Banco Ribeirão Preto	8,790	4,236	2,603	—	—	4,482	—	—	20,111
Citibank	—	5,360	—	—	—	—	—	—	5,360
SICOOB COOPACREDI	—	—	5,152	—	—	—	—	—	5,152
Coop. Créd. Livre Admissão - CREDIALP	—	—	3,471	—	—	—	—	—	3,471
Coop. Créd. Livre Admissão - CREDICARNO	—	—	3,470	—	—	—	—	—	3,470
TOTAL - por linhas	1.138,267	500,000	616,905	450,000	200,000	150,000	20,000	5,000	3.083,642

Elaboração: P1 / Ascom CNC

Em 2012, acertadamente, o Governo voltou a disponibilizar os recursos em tempo hábil para os produtores, de maneira que não se sentiram pressionados a vender suas safras para honrar compromissos financeiros tão logo realizassem os trabalhos de cata, o que deu fôlego na base. O CNC acredita que a sequência das liberações

no período correto ao cafeicultor brasileiro permitirá uma estruturação de bons tratamentos culturais ao longo das safras e, conseqüentemente, colaborará com a política que defende de um escoamento ordenado da produção, sem gerar pressão nas colheitas nos meses de ápice de colheita.

Contudo, esse cenário não foi visto em 2013. No começo de junho, quando marcamos presença no anúncio do Plano Agrícola e Pecuário 2013/14, feito pela presidenta da República, Dilma Rousseff, no Palácio do Planalto, mesmo não tendo sido feito detalhamento específico por culturas, sabemos que, para a cafeicultura, o valor a ser liberado pelo Funcafé era de R\$ 3,16 bilhões. Após acordos entre as áreas agrícola e econômica do Governo referentes ao plano safra, o que atrasou o anúncio da distribuição dos recursos do Fundo de Defesa da Economia Cafeeira, o então secretário de Produção e Agroenergia do Mapa, João Alberto Paixão Lages — que assumiu a Pasta com a ida de Gerardo Fontelles para a Secretaria Executiva —, garantiu que o Governo informaria, em poucos dias, os valores destinados a cada linha de financiamento pelo Fundo.

No dia 18 de junho, o CMN definiu a distribuição dos recursos do Funcafé para a safra 2013. O valor total, de R\$ 3,160 bilhões, foi distribuído da seguinte maneira: até R\$ 650 milhões para Custeio; até R\$ 1,140 bilhão para Estocagem; até R\$ 500 milhões à linha de Financiamento para Aquisição de Café (FAC); até R\$ 50 milhões para financiamento de Contratos de Opções e de Operações em Mercados Futuros; até R\$ 20 milhões para Recuperação de Cafezais Danificados; e até R\$ 800 milhões para capital de giro, sendo R\$ 450 milhões para Cooperativas de Produção, R\$ 200 mi-



lhões para a Indústria de Torrefação e R\$ 150 milhões para Indústria de Café Solúvel.

À época do anúncio, o CNC expôs que se trata do maior orçamento liberado pelo Funcafé na história da cafeicultura brasileira, o qual deveria suprir as exigências de todos os elos da cadeia produtiva. “Temos que destacar que, pela primeira vez as cooperativas de produção são incluídas no orçamento através da linha de capital de giro, o que consideramos fundamental, haja vista que são o principal canal de ligação com os produtores”, comemorou o presidente executivo Silas Brasileiro.

Além disso, tão importante quando a definição dos recursos para cada uma das linhas de financiamento é sabermos que, a partir dessa definição, podemos colocar em prática políticas estratégicas que envolvam instrumentos de mercado capazes de tentar devolver a renda ao setor, de maneira que a sustentabilidade se faça nas propriedades, com o produtor resgatando, paulatinamente, sua competitividade. Recordamos, porém, que necessitamos de apoio e ação imediata do governo nesse sentido, caso contrário veremos o retorno das bienalidades acentuadas e a debilitação de nosso parque cafeeiro, ambos motivados pela incapacidade de investimentos que o cafeicultor terá.

Já em 21 de junho, a Secretaria de Produção e Agroenergia e o Departamento do Café do Ministério da Agricultura publicaram, no Diário Oficial da União, que estavam contratando instituições financeiras integrantes do Sistema Nacional de Crédito Rural – SNCR para atuarem como agentes financeiros na aplicação e na administração de recursos do Fundo de Defesa da Economia Cafeeira. Os agentes financeiros interessados deveriam encaminhar, formalmente, proposta de contratação dos recursos à SPAE até o dia 5 de julho de 2013.

No entanto, com o agravamento da crise nos preços do café, o CNC e as demais lideranças do setor produtivo entenderam que apenas os recursos do Funcafé não seriam suficientes para auxiliar os produtores. Assim, passamos o mês de julho em negociações com o Governo Federal e, principalmente, com diretores de instituições financeiras. Esse esforço fez com que, no dia 7 de agosto, o Banco do Brasil anunciasse a destinação de mais R\$ 1 bilhão para Estocagem e Aquisição de café e outros R\$ 614 milhões para Capital de Giro das Indústrias de torrefação e solúvel e das Co-



operativas. Soma-se a esse montante mais R\$ 1,050 bilhão para o programa de Opções Públicas de venda de café, outra importante conquista do setor produtor, a qual envolveu 3 milhões de sacas, ao preço referencial de R\$ 343 por unidade (esse tema será abordado mais adiante).

Dessa maneira, a destinação total de recursos à cafeicultura na safra 2013/14 totaliza R\$ 5,8 bilhões (R\$ 3,16 bi do Funcafé, R\$ 1,61 bi do BB e R\$ 1,03 bi para Opções), o maior registrado na história. Apesar disso, vinha sendo registrado atraso no repasse, em especial dos recursos do Fundo, do capital aos produtores, o que criou um cenário ainda mais crítico. A esse respeito, intensificamos as audiências com o Governo Federal para que cobrasse os agentes financeiros que se inscreveram com o interesse de operar o capital do Funcafé, cujo fruto foi colhido na semana subsequente, quando R\$ 957,6 milhões do total já haviam sido destinados aos bancos e cooperativas de crédito. Com o decorrer do tempo, até o dia 11 de setembro, do total de R\$ 3,16 bilhões, R\$ 3,084 bilhões foram repassados aos agentes financeiros.

5.8 — LEILÕES DE OPÇÕES PÚBLICAS PARA CAFÉ

Com negociações iniciadas ainda em 2012, a implantação dos Leilões de Opções Públicas de Venda de Café foi outra grande conquista que o CNC e seus parceiros obtiveram junto ao Governo Federal para o setor produtor. Após diversas audiências com as áreas agrícolas e econômicas governamentais, foi publicada, em 6 de setembro, no Diário Oficial da União (DOU), a Portaria Interministerial nº 842, das Pastas da Agricultura, Pecuária e Abastecimento e da Fazenda, na qual o Governo estabeleceu os parâmetros para o lançamento do Contrato de Opções de Venda de Café para 3 milhões de sacas, no valor de R\$ 343 a unidade, envolvendo recursos de R\$ 1,050 bilhão.

Foram realizados quatro leilões — três em setembro e um, com os contratos remanescentes nos anteriores, em outubro — e todos os contratos foram negociados, o que concedeu aos cafeicultores e cooperativas de produtores que adquiriram os papéis a possibilidade de entregar esses cafés, em março de 2014 — prazo determinado para a entrega —, ao Governo Federal caso o mercado apresente remuneração aquém da referência de R\$ 343 por saca.



5.9 — PRORROGAÇÃO DAS DÍVIDAS DO SETOR CAFEIEIRO

Ao analisarmos a situação do mercado cafeeiro no mundo e, em especial no Brasil, observando que a crise de preços impactava cada vez mais a rentabilidade da



atividade, mantivemos diversas audiências ao longo de 2013 com o Governo Federal, principalmente nas esferas dos Ministérios da Agricultura, da Fazenda, do Planejamento e também da Casa Civil. Esse trabalho do CNC, embasado nas orientações dos associados e realizado conjuntamente com nossos parceiros, como a CNA e a OCB, rendeu, no dia 22 de novembro, a publicação da Resolução BACEN nº 4.289, que possibilitou que os produtores renegociassem as dívidas vencidas e vincendas, no período de 1º de julho deste ano a 30 de junho de 2014, das operações de crédito rural vinculadas a lavouras de café arábica. Assim, o cafeicultor passou a ter até 31 de janeiro para optar pela renegociação junto à instituição financeira e até 15 de julho para formalizá-la.

Em relação aos contratos de custeio e comercialização, do Fundo de Defesa da Economia Cafeeira (Funcafé) e dos Recursos Obrigatórios (RO), o produtor que optar pela adesão à renegociação deverá quitar 20% do total da dívida, com os 80% restantes tendo prorrogação automática por cinco anos, em parcelas anuais, com o início do pagamento ocorrendo a partir de 2015, de acordo com o seu período de obtenção de renda.

As parcelas das operações de investimento, por sua vez, poderão ser incorporadas ao saldo devedor e redistribuídas nas restantes ou serem prorrogadas para até um ano após a data prevista para o vencimento do contrato, respeitada a periodicidade vigente. Por exemplo, caso um contrato vença em 2018, poderá ser quitado em 2019 ou o valor da dívida vencida ser distribuído entre as parcelas de 2015 a 2018, o que eleva um pouco o valor das prestações, mas não amplia o prazo. Posteriormente, no dia 9 de janeiro, por meio da Resolução BACEN nº 4.301, o Governo Federal também possibilitou a renegociação do passivo, nos mesmos moldes supracitados, para os produtores que contrataram as operações do crédito rural até o dia 10 de janeiro de 2014.



Com a concretização de resultados como este, o Conselho Nacional do Café se consolida, com o suporte de seus parceiros, como a plataforma de negociação do setor produtor junto ao Governo Federal e entende que nossos governantes, ainda que com limitações impostas por fatores tributários e econômico-financeiros, tentam auxiliar a cafeicultura brasileira. Entretanto, também recorda que as ações vieram com certo atraso e não terão um efeito de sanar a situação financeira definitivamente.

Dessa maneira, como parlamentar e presidente executivo do CNC, o deputado federal Silas Brasileiro manteve, até dezembro, e mantém já em 2014 audiências com os representantes governamentais para buscar novas medidas, como a realização de leilões de Prêmio Equalizador Pago ao Produtor (Pepro), um instrumento agregador de valor ao produto; a retomada dos leilões de Cédulas de Produto Rural (CPR); a recompra dos cafés das Opções, de maneira que se gere caixa aos produtores; e a redução da taxa de juros da linha de financiamento do Funcafé destinada às cooperativas de produção.

5.10 — ENDOSULFAN



Mantendo nossa orientação de não se ampliar a área destinada ao cultivo de café, mas elevar a produtividade das lavouras de maneira que não se comprometam o consumo e o *market share*, passamos o ano de 2013 exercendo pressão sobre o Governo Federal para que autorizasse a comercialização de produtos substitutos ao Endosulfan, único

princípio ativo existente para o combate da broca do café — uma das principais pragas que ocorrem no cafeeiro, cujo prejuízo maior é a depreciação do grão a ser comercializado — no Brasil, mas que saiu de circulação. Especialistas consultados pelo CNC apontaram que, para cada 5% de frutos atacados pela broca, até 1% dos grãos apresenta defeito, interferindo diretamente na qualidade da bebida e, consequentemente, no preço.



Reiteramos, em encontros com o Ministério da Agricultura, que a retirada de circulação de insumos e fertilizantes agrícolas antes mesmo que houvesse um substituto para eles era um grande equívoco. Devido ao uso consagrado do Endosulfan, algumas regiões produtoras não reportam a existência da broca como um problema sério. Porém, o inseticida foi reavaliado pelas autoridades de Registro e Regulamentação, que decidiram pelo cancelamento de seu uso e comercialização a partir de 1º de janeiro de 2013. Essa medida, indubitavelmente, deixou os cafezais mais vulneráveis aos efeitos da broca, que poderá ter importante impacto negativo na produção. Além disso, o CNC também manifestou sua preocupação com o café certificado do Brasil, haja vista que, a partir do primeiro dia de 2014, não mais poderão receber o Endosulfan, impactando diretamente na economia de mais de 35 mil produtores nacionais e gerando, possivelmente, substancial perda no volume do produto certificado e em todo o trabalho realizado até agora.

No começo de outubro, o Conselho Nacional do Café e a Comissão Nacional do Café da CNA, comprometidos com a competitividade e a qualidade do café produzido e comercializado pelo Brasil, além de zelosos dos seus deveres e compromissos com o cafeicultor, tomaram conhecimento da existência de novos ingredientes ativos, o *Cyantraniliprole* e o *Chlorantraniliprole/Abamectin*, desenvolvidos pelas empresas DuPont e Syngenta, que ainda estavam em fase de registro, mas que surgiam como opção para substituir o Endosulfan. Diante dessa saída, retificamos junto ao Governo a importância desses ativos no manejo da broca do café para a manutenção da qualidade dos grãos e solicitamos a agilização do processo de registro, a fim de que o produtor tenha disponível alternativas eficazes que minimizem as perdas ocasionadas pela saída do Endosulfan do mercado, além da manutenção da certificação daqueles cafeicultores em estágio mais avançado.

Em novembro, o secretário executivo do Ministério da Agricultura, que também respondia interinamente pela Secretaria de Produção e Agroenergia da Pasta, Gerardo Fontelles, em resposta a um ofício encaminhado pelo CNC, que reiterava o conteúdo de outro comunicado de setembro deste ano, referentes à necessidade de registro de princípios ativos para o controle da broca do café em substituição ao Endosulfan, informou que estava atuando junto a Secretaria de Defesa Agropecuária, interlocutora oficial do Mapa nesse tema, “para que se obtenha a liberação dos registros dos defensivos mais adequados para o combate desse inseto tão prejudicial à



lavoura cafeeira junto aos órgãos reguladores”. O CNC manteve sua postura de cobrar o Governo nesse sentido e aguarda a definição sobre o tema o mais breve possível. Não havendo novidade, retomaremos a pressão já em janeiro de 2014.

5.11 — ROYA NA AMÉRICA CENTRAL



Em janeiro, um ponto que chamou a atenção e sobre o qual o CNC se manifestou foi a dificuldade vivenciada nas lavouras de café da América Central – quase que como um todo – em função de adversidades climáticas, falta de investimentos e, principalmente, pelo ataque do fungo *roya*, causador da ferrugem. Relatórios da época apontavam que

os principais países produtores do continente deveriam sofrer perdas de 5% a 40% na safra cafeeira somente em decorrência da incidência da ferrugem, conforme tabela abaixo.

Incidência de ferrugem no cafezal		
País	Projeção	Fonte
Nicarágua	5%	MERCON
Costa Rica	6%	ICAFFE
Guatemala	15%	ANACAFE
Honduras	20% a 30%	PROCAFÉ
El Salvador	20% a 40%	PROCAFÉ

Já o México, cujas previsões iniciais apontavam um crescimento de até 20% na safra 2012/13, passou a rever seus prognósticos também em função da ferrugem. Segundo notícias de agências internacionais, Rodolfo Trampe, presidente Associação Mexicana de Produção de Café (Amacafe), anotou que uma contaminação incomum e agressiva do fungo *roya* nos cafezais do estado de Chiapas estava ameaçando reduzir a produção atual do país. Conforme ele, a safra tinha potencial para crescer até 20%, mas o surto da doença ameaça esse avanço. O México colheu 4,3 milhões de sacas em 2011/12.



Com o passar dos meses e a consolidação de uma quebra aproximada de 20% na safra da América Central, o CNC emitiu nota citando que esse cenário preocupante sobre a sanidade dos cafezais vizinhos ficava ainda mais grave quando se observava o comportamento dos preços praticados. Com as cotações em níveis baixos, aquém dos custos de produção, não haveria como o produtor investir no combate ou no controle da ferrugem ou de quaisquer outras pragas e doenças que viessem a incidir sobre as lavouras. Fizemos o alerta que, caso o mercado não reagisse, o equilíbrio entre oferta e demanda mundial poderia se perder e notarmos escassez do produto em curto e médio prazos.

Em abril, atentos à infestação do fungo *roya* nos cafezais da América Central e, agora, também nos da América do Sul, através do Peru, os conselheiros diretores do CNC solicitaram o agendamento de uma audiência com o ministro da Agricultura, Antônio Andrade, para manifestarem a preocupação com a possível chegada desse fungo nas lavouras do País. No encontro, fizemos um alerta a respeito da vigilância sanitária nos portos.

Já em maio, tornamos pública a visita realizada pelo diretor executivo da OIC, Robério Silva, nos cafezais centro-americanos. Com base nas vistorias ocorridas em Honduras, Guatemala, El Salvador, Nicarágua e Costa Rica, a OIC apurou preliminarmente que cerca de 500 mil das 2 milhões de pessoas empregadas diretas do setor cafeeiro ficaram ou ficariam sem emprego em 2013 devido aos impactos da ferrugem e que este número poderia ser ainda maior em 2014 se não fossem adotadas medidas para frear a expansão da doença, o que deveria causar um cenário preocupante no aspecto social do vizinho continente. A América Central possui 43 milhões de habitantes.

Por fim, do lado econômico, o CNC retransmitiu as informações do diretor executivo da OIC, que, depois de obter números das entidades cafeeiras dos países produtores, comunicou que a ferrugem deveria gerar uma quebra de até 30% na safra 2013 de café da América Central — 10% a mais do que o preliminarmente previsto —, o que, também conforme as estimativas, poderia reduzir a receita com as exportações do produto de US\$ 960 milhões para US\$ 350 milhões na América Central.



5.12 — GREVE E SUBSÍDIO NA COLÔMBIA

O mês de fevereiro, no cenário internacional, foi marcado pela greve dos cafeicultores colombianos, que solicitavam ajuda governamental frente às dificuldades enfrentadas pelo setor. A paralisação teve fim no começo de março, depois que o governo colombiano decidiu aumentar para 145 mil pesos (* US\$ 80,41) o subsídio a cada saca de 125 kg de café. Os oficiais do país também anunciaram que aumentariam o apoio financeiro para 165 mil pesos (* US\$ 91,50) se os preços caíssem abaixo de 480 mil pesos, mas, por outro lado, suspenderiam o pagamento se as cotações ultrapassarem 700 mil pesos por saca de 125 kg.

Na oportunidade, o CNC, analisando o cenário no vizinho país sul-americano, mencionou que os produtores de café do Brasil possuíam ainda mais motivos para solicitarem políticas estratégicas e estruturantes ao setor, haja vista que não queríamos utilizar recursos públicos para gerar déficit primário ao caixa do Governo Federal, como no caso colombiano, mas sim contarmos com a implementação de instrumentos e ferramentas de mercado que nos possibilitassem renda na atividade e, consequentemente, a manutenção de níveis de produção que atendam às demandas do mercado interno e da exportação. Como supracitado, após longas negociações, o CNC foi bem sucedido em suas demandas com a implantação de várias ações em prol da cafeicultura, como o leilão de Opções Públicas, o reajuste do preço mínimo, a prorrogação dos vencimentos da linha de Estocagem de 2012 e a prorrogação das dívidas do setor.

5.13 — 40 ANOS DA EMBRAPA

O ano de 2013 também foi marcado, em maio, pelas comemorações de 40 anos de fundação da Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa). O CNC tornou pública a satisfação pelo importante papel que a estatal tem exercido no que tange a estudos de prevenção e também para a solução de problemas pontuais da agricultura no País. A respeito da cafeicultura, por meio do Consórcio Pesquisa Café, coordenado pela Embrapa, citamos inúmeros resultados positivos de transferência de tecnologia e informação aos produtores.

Através desse processo e da competência de nossos pesquisadores, obtivemos variedades mais resistentes a praga e doenças e a adversidades climáticas, além de possuírem maior produtividade, fato que elevou nossas safras médias e possibilitou que



honrássemos nossos compromissos com o consumo interno e a exportação. O CNC destacou, ainda, que a Embrapa, sem dúvida, é o exemplo mais bem sucedido no ramo de estudos e pesquisas que conhecemos, sendo motivo de orgulho nacional e uma instituição que devemos blindar para que prossiga com sua excelente prestação de serviço à agropecuária brasileira.

5.14 — CERTIFICA MINAS CAFÉ

O CNC sempre foi assíduo apoiador e defensor de iniciativas de vanguarda como o programa Certifica Minas, o primeiro programa governamental nessa linha para café que, certamente, vem para beneficiar milhares de produtores que se adequem a boas práticas agrícolas, ambientais e sociais e integrem o projeto.



Em agosto de 2013, ficamos extremamente satisfeitos ao vermos os primeiros frutos serem colhidos. A Secretaria de Estado de Agricultura, Pecuária e Abastecimento de Minas Gerais (Seapa) comunicou que a empresa alemã Tchibo seria a primeira compradora internacional dos cafés arábica com o selo Certifica Minas Café. Tratava-se de um lote de 50 mil sacas comercializado pela Exportadora Guaxupé. Mesmo não tendo sido divulgados valores, a Seapa informou que houve um bônus por saca sobre o preço de mercado para o produto exportado, o qual tinha o diferencial do selo de certificação de propriedade. O CNC externou, ainda, que a compra da Tchibo, por sua relevância no mercado mundial, indicava que o programa está no caminho certo, obtendo reconhecimento internacional e demonstrando a valorização que investir para melhorar a sustentabilidade da cafeicultura brasileira traz.

5.15 — 110ª SESSÃO DO CONSELHO DA OIC

Em março, o CNC marcou presença na 110ª sessão do Conselho da OIC, em Londres, e trouxe os principais pontos debatidos a público. Entre os destaques, mencionamos a apresentação do novo chefe de operações da Organização, o colombiano Mauricio Galindo, que fez uma explanação sobre o mercado cafeeiro, demonstrando o equilíbrio nos níveis de estoque nos países consumidores durante os últimos 20 anos — ao redor de 18 a 20 milhões de sacas — e o acentuado declínio nos produtores, que caíram de 70 milhões no início dos anos 2000 para cerca de 20 milhões de sacas no último ano safra. Ele expôs, também, um gráfico com a evolução dos preços, explicando que as cotações do arábica tiveram alta volatilidade nos últimos cinco anos — rompendo a barreira de US\$ 3,00 por libra peso e retornando para US\$ 1,40 no úl-



timo mês –, ao passo que os robustas tiveram comportamento bem mais estável e estavam com diferenciais muito pequenos em relação aos arábicas.

Ferrugem — Um assunto que repercutiu bastante nas reuniões da OIC, em especial por parte dos representantes dos países produtores, foi a dificuldade vivenciada no cultivo de cafés lavados nas Américas do Sul e Central devido à queda dos diferenciais e ao fortalecimento de suas moedas, o que trouxe sérios problemas a seus cafeicultores. Os relatos dos participantes citaram que essa situação se agrava mais com o novo surto de ferrugem que atingiu cafezais localizados em altitudes que estavam praticamente imunes à doença até recentemente. As comitivas desses países apontaram pesadas perdas na próxima safra, fato que aparentemente ainda não havia sido absorvido pelo mercado.

50 anos da OIC — Durante a sessão de março, o secretário de Agricultura, Pecuária e Abastecimento do Estado de Minas Gerais, Elmiro Nascimento, fez uma apresentação a respeito dos preparativos para a celebração dos 50 anos da OIC, que ocorreria em setembro, na capital mineira Belo Horizonte, juntamente com a 111ª Sessão do Conselho da Organização. Ele comunicou que a cidade também sediaria, paralelamente, a *Coffee Week*, oportunidade na qual seriam apresentados os melhores cafés produzidos no Brasil a compradores do mundo inteiro e aos delegados da OIC. Por fim, o secretário destacou a infraestrutura que vinha sendo preparada e o apoio do governador Antonio Anastasia para o Estado sediar o evento.

Estímulo a financiamentos — Já no encontro do grupo central do Fórum Consultivo sobre Financiamento do Setor Cafeeiro da OIC, o Conselho Nacional do Café sugeriu que o colegiado priorizasse o fomento de financiamentos do produto colhido aos cafeicultores como forma de ampliar seu poder de negociação. Este tipo de operação, bastante comum no Brasil, não ocorre na maioria dos países produtores, mas o CNC considerou fundamental para essas nações, em especial às menos desenvolvidas, para fortalecer o mercado como um todo. Não por acaso o Brasil possui o maior nível de repasse do valor final aos cafeicultores, com aproximadamente 85% do montante obtido pelos exportadores sendo direcionados aos produtores do País.

Consumo em novos mercados — O "Seminário sobre tendências nos novos mercados consumidores de café" também foi um dos atrativos da 110ª Sessão do Conselho da OIC. Nele, analistas internacionais fizeram explicações focando, principal-



mente, os países com consumo emergente, como os da Ásia e da Europa Oriental. O diretor de pesquisas em café e cacau da LMC International, Rob Simmons, e a analista Judy Ganes-Chase, CEO da J. Ganes Consulting, destacaram o fato da participação dos robustas ter saltado de 35% para 45% nos *blends* em mercados já tradicionais, mas alertaram que esse percentual pode ser ainda maior nos mercados emergentes da bebida.

Os analistas também comentaram que a elevação anual no consumo de café do planeta é de cerca de 2,5%, sendo puxado pelos países onde beber café está em uma crescente, de forma que o incremento do consumo nessas nações supera os 4% ao ano. Mais do que isso, eles explicaram que, do crescimento anual no consumo de café no mundo, de 2,5 milhões de sacas, 2 milhões delas se referem à variedade robusta, muito em função do solúvel ser o abre portas nesses mercados e, especificamente no caso brasileiro, devido à alta disponibilidade e aos menores preços da variedade.

Impacto no mercado — Ainda de acordo com os analistas, o aumento dos preços do café arábica nos últimos anos foi outro ponto que ajudou a impulsionar o consumo de robusta. Este fato explica, em grande medida, a frustração de expectativas que existiam, há um ano, para a recuperação dos preços do arábica em função da escassez prevista na oferta mundial. Ou seja, o incremento da utilização de robustas “abortou” tal prognóstico.

5.16 — SEMANA INTERNACIONAL DO CAFÉ

Desde que o Brasil foi selecionado para sediar as festividades do cinquentenário da Organização Internacional do Café e após os acertos na rodada de reuniões da entidade, em março, o governo de Minas Gerais acelerou os trabalhos para a realização do evento. No dia 17 de junho, o secretário de Agricultura, Pecuária e Abastecimento de Minas Gerais, Elmiro Nascimento, apresentou, no Instituto Rio Branco, em Brasília (DF), os preparativos para a realização da Semana Internacional do Café, que seria realizada de 9 a 13 de setembro no Expominas, em Belo Horizonte (MG), e abrangeria a reunião de 50 anos da OIC e, também, a 8ª edição do Espaço Café Brasil, a maior feira da América Latina ligada ao setor.



A apresentação foi realizada durante o seminário que deu início às comemorações do cinquentenário da OIC, promovido pelo Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (Mapa) e pelo Ministério das Relações Exteriores (MRE). Na ocasião de nossa participação, salientamos que este grande evento seria uma excelente plataforma para o Brasil apresentar ao mundo a qualidade e a sustentabilidade da produção de café. Também presente no Seminário, o diretor executivo da OIC, Robério Silva, anotou que a capital mineira receberia lideranças mundiais de todos os setores da cafeicultura e dos países que integram a Organização, sendo esta uma oportunidade ímpar para que representantes governamentais, produtores, industriais, exportadores e compradores debatessem o futuro da cafeicultura e as ações que poderiam ser adotadas para a melhoria da cadeia produtiva como um todo.

O evento — Entre os dias 9 e 13 de setembro, enfim, marcamos presença, como titulares da delegação brasileira, na Semana Internacional do Café, evento que englobou a 111ª Sessão do Conselho da OIC, as festividades do cinquentenário da entidade, além do 8º Espaço Café Brasil, a maior feira do setor na América Latina. Foi uma excelente oportunidade para apresentarmos a todo o mundo – participaram delegações de mais de 70 países – a força da cafeicultura brasileira, em especial através das ações e trabalhos das lideranças do setor, representados pelos governos federal e estaduais, pela Federação da Agricultura do Estado de Minas Gerais (FAEMG), pelo Conselho Nacional do Café (CNC) e pela Comissão Nacional do Café da CNA.

Entre os destaques do evento, constaram as questões econômicas, envolvendo a continuidade da volatilidade dos preços e a incerteza financeira como motivo de preocupação, fato que possui atenção especial da OIC em seu plano de trabalho. O diretor executivo da Organização, Robério Silva, apontou que a entidade dá caráter prioritário à gestão de risco e à sustentabilidade econômica e se estabelece como referencial estatístico essencial



para o setor para tentar sanar o problema, operando como um centro de informações que disponibiliza cifras consolidadas sobre produção, consumo, exportações e estoques.

As questões ambientais também foram lembradas. A OIC pretende se estabelecer como centro para a difusão de informações relevantes sobre os desafios enfrentados pelo setor cafeeiro global frente a preocupações com o meio ambiente. Estamos dedicando especial atenção aos efeitos e consequências das mudanças climáticas para a oferta, no presente e no futuro. No momento, o CNC apoiou e colaborou com a 'Iniciativa Café & Clima' para melhorar as atividades de conscientização neste campo e, potencialmente, hospedar a caixa de ferramentas desta ação na Organização, disponibilizando aos cafeicultores do mundo inteiro um guia prático para a adaptação às mudanças climáticas e à mitigação de seus efeitos prejudiciais.

Declaração de Belo Horizonte — Por fim, mereceu destaque a “Declaração de Belo Horizonte”, documento elaborado pelas mais de 70 nações cafeeiras presentes ao evento. Em seu conteúdo, os países destacam a necessidade contínua de apoio da OIC a medidas para assegurar a sustentabilidade econômica, social e ambiental do setor cafeeiro, em consonância com os objetivos do Acordo Internacional do Café de 2007.

Além disso, os membros acreditam que a entidade deve ajudar a enfrentar os desafios presentes e futuros, como a escassez de recursos ambientais, pragas e doenças, o impacto negativo da volatilidade dos preços, o aumento dos custos de produção e as mudanças nas condições climáticas globais, bem como a necessidade de reforçar o papel das mulheres e dos jovens na cadeia produtiva do café e a importância de melhores condições de trabalho.

A busca por preços equitativos, tanto para consumidores quanto para produtores, é outra preocupação apresentada na Declaração de Belo Horizonte. As nações reconheceram a precisão de entendimento acerca das condições estruturais nos mercados internacionais e das tendências de longo prazo na produção e no consumo, que equilibram oferta e demanda, para que essa meta seja alcançada.



Os países membros da OIC renovaram seu compromisso em zelar pela preservação do meio ambiente e pelos meios de sustento das gerações futuras, externaram sua preocupação com a escassez de recursos financeiros para os projetos de desenvolvimento da cafeicultura e se comprometeram a fortalecer o papel da Organização na busca de fontes alternativas de financiamento.

Encerrando, reconheceram a importância de prestar apoio e assistência técnica às nações produtoras afetadas por pragas e doenças, principalmente no que diz respeito a América Central e México, os quais vivenciam uma das crises fitossanitárias – causada pela ferrugem – mais severas da história, e em aprimorar a cooperação entre os países membros e organismos internacionais como a Organização das Nações Unidas para a Alimentação e a Agricultura (FAO) e o Fundo Internacional de Desenvolvimento Agrícola (IFAD) com o objetivo de compartilhar conhecimentos científico e técnico e melhores práticas neste campo.

5.17 — INSERÇÃO NA CHINA

Em outubro, o CNC, representado por seu presidente executivo, deputado federal Silas Brasileiro, e por suas assessorias técnica e de comunicação, participou de uma audiência com a senadora Kátia Abreu, presidente da Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil, e com representantes dos demais setores da cadeia produtiva do café. O encontro foi idealizado para debatermos estratégias de promoção comercial e ampliação das exportações do produto para a China, levando em consideração uma agenda a ser discutida com os chineses em missão empresarial liderada pela CNA, que ocorreria de 5 a 15 de novembro, quando a comitiva estaria em Pequim e Xangai.

O CNC entende que essa é uma brilhante iniciativa da senadora Kátia Abreu, principalmente ao considerarmos o potencial do mercado chinês para o café. A Associação de Café da China, durante apresentação na Semana Internacional do Café, em Belo Horizonte, em setembro, informou que o consumo médio no país foi de 80 mil toneladas (1,3 milhão de sacas de 60 kg) em 2011, com pequena representatividade de 0,7% no mundo. Por outro lado, até 2020 a entidade pretende que os chineses consumam 300 mil toneladas (5 milhões de sacas) até 2020, o que elevaria a nação ao posto de segundo maior consumo de café na Ásia.



Concordamos com o posicionamento apresentado pela presidente da CNA de que “precisamos buscar a abertura de mercado, vendendo mais produto para melhorar os preços para os nossos produtores”. Por outro lado, não podemos esquecer que essa é uma alternativa frente ao atual cenário de crise e que se faz necessária a implantação de políticas de médio e longo prazos ao setor, de maneira que tenhamos uma estrutura para enfrentar a volatilidade dos preços sem que produtores, indústrias e exportadores sejam prejudicados em sua renda e, principalmente, para que o Brasil não perca representatividade no mercado cafeeiro mundial.

5.18 — RUMOS DA POLÍTICA CAFEIRA NO BRASIL

Nos dias 18 e 19 de dezembro, o Conselho Nacional do Café, em parceria com a Organização das Cooperativas Brasileiras, realizou o seminário "Rumos da Política Cafeeira no Brasil", com o objetivo de se criar políticas estratégicas e estruturantes de pequeno, médio e longo prazos para o setor. A abertura oficial do evento contou com a participação de Márcio Lopes de Freitas, presidente do Sistema OCB, Robério



Silva, diretor executivo da OIC, deputado federal Silas Brasileiro, presidente executivo do CNC, Breno Mesquita, presidente da Comissão Nacional do Café da CNA, Rita Milagres, Coordenadora Geral do Agronegócio do MDIC, João Rabelo, Secretário-Adjunto de Política Agrícola e Meio Ambiente do Ministério da Fazenda, Elmiro Nascimento, Secretário de Agricultura do Estado de Minas Gerais, e do Ministro da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, Antônio Andrade, que, em seu pronunciamento, manifestou total apoio ao agronegócio café.

Durante o seminário, foi realizado o painel “Perspectivas para o Mercado de Café”, que contou com a participação e os comentários de Oscar Schaps, *global head* de *soft commodities* da INTL FCStone Inc., Antônio Carlos Ortiz, vice-presidente do Rabobank Brasil, Luiz Otávio Araripe, analista da ValorCafé, Américo Sato, presidente da Associação Brasileira da Indústria de Café (Abic), Roberto Paulo, diretor executivo



da Associação Brasileira da Indústria de Café Solúvel (Abics), e Carlos Alberto Paulino da Costa, presidente da Cooxupé.

Os palestrantes apresentaram seus pontos de vista a respeito do cenário mercadológico cafeeiro, apontando que a crise, como todas as anteriores, passará, entretanto não há como precisar uma data. Outro ponto levantado é que os produtores devem se atentar para, no próximo ciclo de alta de preços, não investirem em novos plantios sem um estudo da demanda atual e futura pelo produto, assim como fazerem um planejamento financeiro de sua atividade para que não se instale outra crise.

Após o painel, foram realizadas oficinas de estudo e proposições, as quais contaram com 10 representantes cada, que debateram diversos aspectos da cafeicultura para apresentar ações que tragam melhorias ao setor como um todo. Abaixo, destacamos os pontos principais levantados em cada uma delas.

Oficina I: Garantia de Renda e escoamento de Oferta

Objetivo: discussão de instrumentos para garantia de renda aos cafeicultores sem comprometer a fatia de mercado do Brasil.

Moderador: Breno Mesquita (CNA)

Os debatedores indicaram três pontos fundamentais para garantia de renda e escoamento de oferta. O primeiro foi a REDUÇÃO DE RISCO. A cadeia produtiva do café entende que, a esse respeito, necessita-se de diversificação da lavoura, ajuste na legislação trabalhista, melhor utilização de instrumentos de mercado existentes, ferramentas de mercado inovadoras, com envolvimento financeiro, não apenas público, mas também do setor privado, difusão para popularização junto aos produtores de ferramentas de *hedge*, "educar" o produtor com assistência técnica e extensão rural para melhorar a gestão da propriedade e melhorias na gestão do Funcafé.

REDUÇÃO DE CUSTO foi o segundo ponto fundamental apontado nessa oficina. Para combater e/ou reduzir os elevados gastos na produção, os participantes sugeriram diversificar a lavoura, ajustes na legislação trabalhista, assistência técnica e extensão rural, trabalhar para a criação do empreendedor individual rural, reconversão da lavoura e possibilidade para erradicação financiada e mecanização da cafeicultura de montanha.



A VALORIZAÇÃO DO PRODUTO foi o terceiro ponto chave indicado. Para se alcançar uma melhor remuneração pelo café, o setor apontou que são necessários incentivar novas formas de consumo além da bebida (cosméticos, culinária, etc.), valorização e fixação das origens produtoras (Identificação Geográfica) nas marcas, incentivar o consumo através de programas de marketing institucional (no Brasil) e global do café brasileiro, buscar parcerias com agências de promoção e exportação para ingresso em novos mercados, melhorar a utilização da linha de financiamento do Funcafé destinada ao marketing e a possibilidade de criação de uma linha diferenciada de financiamento para a aquisição de café por parte da indústria de solúvel.

Oficina II: Estratégias para ampliação do Market Share do Brasil

Objetivo: discussão de estratégias para o fortalecimento da participação do Brasil nos mercados doméstico e internacional de café arábica, conilon, torrado e moído e solúvel.

Moderador: Guilherme Braga (CeCafé)

Os debatedores chegaram ao consenso que é necessário buscar PARCERIAS COM GRANDES TORREFADORAS INTERNACIONAIS para aumentar a participação de cafés brasileiros nos *blends* mundiais, mencionando nas embalagens do produto que é composto por Cafés do Brasil. Definiu-se que o Brasil precisa investir no marketing dessas marcas.

As ZONAS DE PROCESSAMENTO DE EXPORTAÇÃO foram apontadas como um instrumento para ampliar a participação do café brasileiro nos *blends* internacionais, o que, entre outros fatores, possibilitaria a realização do DRAWBACK, com o Brasil importando café para industrializá-lo e reexportá-lo como maneira de incrementar seu *market share*, desde que seja contemplada a análise de pragas e doenças. Essa proposta propiciou longa discussão e ainda serão necessários novos debates a respeito.

A realização de um programa de MARKETING GLOBAL PARA O CAFÉ DO BRASIL também foi indicada nessa oficina, sendo este uma das maneiras de ACABAR COM A DISCRIMINAÇÃO EXTERNA sobre o produto, haja vista que nosso café é taxado nos países da União Europeia, na China e em outros mercados, ao passo que nossos concorrentes, como Colômbia e nações da América Central não têm a incidência desses impostos para ingressar nos mesmos mercados.



Voltando os olhos para o mercado interno, o setor indicou que é preciso mostrar que o CAFÉ VAI MUITO ALÉM DOS BENEFÍCIOS QUE GERA À SAÚDE. Os debatedores recomendaram, entre outros pontos, que se demonstre que a bebida está aliada ao bem estar e ao esporte, o que atrairia mais jovens para o consumo. Por fim, houve menção ao PROCESSO DE INOVAÇÃO INTENSIVA, focando o desenvolvimento de máquinas, cápsulas, sachês, filtros e “dose a dose” – realizando um trabalho paralelo de educação do consumidor –, almejando incrementar a demanda pela bebida.

Oficina III: Cafeicultura e Cooperativismo

Objetivo: debater instrumentos específicos para o fortalecimento das cooperativas de café

Moderador: Carlos Augusto Rodrigues de Melo (Cooxupé)

Os integrantes, inicialmente, propuseram ações externas às cooperativas. Nesse ponto, entendem que é preciso levar o cooperativismo a áreas fundamentais do ensino, com a criação de uma disciplina específica sobre o tema para formar jovens cooperativistas.

A respeito das ações internas, foi apontada que haja uma ADMINISTRAÇÃO QUE CONTEMPLE O SISTEMA DE GOVERNANÇA, com gestão profissional voltada para qualidade e resultados, incluindo, dessa maneira, PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO DE CURTO, MÉDIO E LONGO PRAZOS. A CONSTRUÇÃO DE UMA REDE DE RELACIONAMENTO COM FORNECEDORES E CLIENTES e TREINAMENTO E DESENVOLVIMENTO DE NOVAS LIDERANÇAS também foram citados como fundamentais para o futuro cooperativista do café no Brasil.

Destacou-se que, nas cooperativas, o FOCO TEM QUE SER DO COOPERADO E NÃO NO COOPERADO, pois assim será possível trabalhar com demandas direcionadas por eles, conforme a realidade que vivenciam, e não impostas por diretorias. Por fim, foi indicado que é necessário um bom RELACIONAMENTO COM INSTITUIÇÕES FINANCEIRAS, como, por exemplo, o BNDES, haja vista que as cooperativas possuem menos capital de giro do que empresas; CRIAÇÃO DE LINHA DE CRÉDITO PROLONGADA PARA REARRANJO DAS COOPERATIVAS para a formação de alianças estratégicas; INTERAÇÃO DAS COOPERATIVAS NO CONSÓRCIO PESQUISA CAFÉ, para que os projetos de pesquisa sejam realizados conforme a encomenda das mesmas; e MUDANÇA



TRIBUTÁRIA, de forma que as cooperativas tenham compensação em alguns tributos, como, por exemplo, PIS/COFINS.

6 — AGRADECIMENTOS

O Conselho Nacional do Café destaca que o seminário “Rumos da Política Cafeeira no Brasil” foi o marco inicial de uma reação de todo o segmento em relação aos baixos preços praticados no mercado e agradeceu toda a equipe do Sistema OCB, em especial o presidente Márcio Lopes de Freitas, pelo empenho prestado para a realização do evento. Aproveitamos para também agradecer os participantes que abrihantaram o evento com seu conhecimento e possibilitaram a abertura de um caminho lúcido que possamos percorrer em busca de soluções emergenciais e de médio e longo prazos para a cafeicultura brasileira em meio ao atual cenário de crise.

Além disso, faz-se completamente necessário o nosso agradecimento ao Governo Federal pelo empenho prestado ao setor, em especial no que diz respeito à publicação das Resoluções BACEN nº 4.289 e nº 4.301, as quais possibilitaram a prorrogação do passivo que os produtores adquiriram junto ao Funcafé e, pela primeira vez na história, aos Recursos Obrigatórios. Com essas ações, somadas à realização dos leilões de opções, o Governo encontrou uma forma de refinar o cafeicultor brasileiro por um prazo de cinco anos, desafogando a obrigação de honrar os compromissos que venceriam agora mediante o pagamento de 20% da dívida para a adesão. Nesse sentido, o CNC reitera e torna públicos seus agradecimentos à Casa Civil, ao Ministério da Fazenda e ao da Agricultura, principalmente na figura do ministro Antônio Andrade, que manteve as portas abertas para o setor e teve o bom senso de atender à maioria de nossos pleitos.

Cabe-nos também destacar a fundamental participação do Banco do Brasil, em 2013, junto à cafeicultura nacional, seja por manter a capilaridade no repasse dos recursos do Funcafé, seja pela iniciativa de criar linhas com recursos próprios, a juros similares ao do Fundo, para todos os elos da cadeia cafeeira, o que foi fundamental para que o setor mitigasse os efeitos da crise vivenciada. Ressaltamos, ainda, a importância e a capilaridade proporcionada pelo Bancoob, através de seu sistema, que permitiu que os recursos chegassem às mãos de nossos produtores de forma desburocratizada.



Por fim e não menos importante, temos que destacar a manutenção dos excelentes convívio e parceria com a Comissão Nacional do Café da CNA, através da qual pudemos concretizar muitas das ideias positivas e pró-ativas a favor de nossa cafeicultura e de nossos produtores. A todos, incluindo aqui os representantes de todos os setores da cadeia café (Abic, Abics, BSCA, CeCafé e CNA), o nosso muito obrigado por terem possibilitado, senão a definitiva saída da crise e o retorno da competitividade e da rentabilidade, a implantação de medidas cabíveis para obtermos um cenário mais favorável a todos os envolvidos com a atividade no Brasil.

